



# Congresso de Trabalhadoras/es em Educação

Um **outro Brasil** é possível!

**7 a 9 de julho de 2022**

Centro de Convenções Ulysses Guimarães

## **CADERNO DE TESES E CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE**

Baixe o App  
do 12° CTE



**43** ANOS

Filial: CUT CATE

**SINPRO DF**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
NO DISTRITO FEDERAL





Filial:  
CUT  
CNE

43  
ANOS



## Congresso de Trabalhadoras/es em Educação

*Um outro Brasil é possível!*



# PALESTRANTES



**Márcio Pochmann**

Economista, professor titular da Unicamp, ex-presidente do IPEA



**Júlio Lancelotti**

Formado em Pedagogia e Teologia, membro da Pastoral do Menor e da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo



**Preta Ferreira**

Multiartista, produtora, feminista e antirracista



**Rosilene Corrêa**

Professora aposentada da SEDF, diretora licenciada do Sinpro-DF e da CNTE



**Ana Prestes**

Socióloga, doutora em Ciência Política pela UFMG e assessora técnica na Câmara dos Deputados



**Antônio Lisboa**

Representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da OIT e secretário de Relações Internacionais da CUT Brasil



**Erika Kokay**

Deputada federal, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília e da CUT-DF



**Kota Mulanji (Dra. Regina Nogueira)**

Médica, presidente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana, ex-coordenadora da Coordenadoria da Mulher do Rio Grande do Sul



**Frei Betto**

Frade dominicano, jornalista e escritor; foi coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero do ex-presidente Lula



**Arlete Sampaio**

Deputada distrital, médica e ex-vice-governadora do Distrito Federal



**Ariovaldo Ramos**

Pastor, professor e coordenador da Frente Nacional de Evangélicos pelo Estado de Direito



**Meg Guimarães**

Orientadora educacional aposentada da SEDF, diretora licenciada do Sinpro-DF e vice-presidente da CUT-DF



**Juca Ferreira**

Foi Ministro da Cultura, secretário municipal de Cultura de São Paulo e presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte



**Gabriel Magno**

Professor da SEDF, ex-dirigente do Sinpro-DF e da CNTE, ex-chefe de gabinete da deputada distrital Arlete Sampaio



**Carlos Abicalil**

Ex-presidente do Sintep-MT e da CNTE e ex-deputado federal



**Edileuza Fernandes**

Professora aposentada da SEDF, mestre e doutora em Educação pela UnB

# PROGRAMAÇÃO

## Dia 7 | Quinta-feira

### A partir das 16h - Credenciamento

#### 19h – Solenidade de abertura

Apresentação cultural com  
Tambor de Crioula

#### 19h15 – Mesa de abertura

Participações: Sinpro-DF, CNTE, CUT, MST,  
Ubes, CONTEE

Hino Nacional com Myrlla Muniz

#### 19h45 – Mesa: Um novo Brasil é possível!

Palestrante: Márcio Pochmann

#### 21h – Leitura e aprovação do Regimento Interno (pág. 11)

#### 22h – Encerramento

Coquetel e exposições artísticas

## Dia 8 | Sexta-feira

#### 8h às 8h30 – Apresentação e defesa de Teses

#### 8h30 às 10h – Análise de conjuntura internacional, nacional e local

Palestrantes: Antônio Lisboa, Ana Prestes,  
Gabriel Magno e Rosilene Corrêa

#### 10h às 12h – Mesa: Desafios da Educação Pública

Palestrantes: Carlos Abicalil e Edileuza  
Fernandes Silva

#### 12h – Encerramento do credenciamento

#### 12h30 – Almoço

#### 14h às 16h – Mesa: Educação laica e diversidade religiosa *versus* fundamentalismo religioso

Palestrantes: Pastor Ariovaldo, Kota Mulanji e  
Padre Júlio Lancellotti

#### 16h – Intervalo

#### 16h30 – Mesa: A Tragédia da Fome - A Soberania do Brasil em Questão

Palestrantes: Frei Betto e deputada distrital Arlete Sampaio

#### 19h30 – Posse da Diretoria Colegiada gestão 2022/2025

Presença de representantes de entidades sindicais  
e populares e do deputado distrital Chico Vigilante,  
representando a CLDF

#### 22h – Encerramento

Coquetel e apresentação da DJ Jú Pagu

## Dia 9 | Sábado

#### 13h30 – Mesa: Cultura e Direitos Humanos no enfrentamento ao fascismo

Palestrantes: Preta Ferreira, ex-ministro da Cultura Juca  
Ferreira e deputada federal Erika Kokay

#### 16h - Intervalo

#### 16h30 – Mesa: Desafios da Classe Trabalhadora Diante das Mudanças no Mundo do Trabalho

Palestrantes: Antônio Lisboa e Meg Guimarães

#### 18h30 – Plenária final - Plano de Lutas e Organização Sindical

#### 20h – Encerramento







# Caderno de Teses





## Apresentação

### 12º Congresso de Trabalhadores(as) em Educação - um outro Brasil é possível!

Desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, é flagrante o esforço dessa gente avessa à democracia e à igualdade social para naturalizar todas as formas de violência, na política e na vida. De lá pra cá, vivemos o impensável diante de uma crise propositalmente generalizada. Não ficamos parados. Triunfamos todas as vezes que levantamos e recomeçamos. E chegamos a 2022 com os corações cheios de esperança, com a certeza de que um outro Brasil é possível. Certeza essa que não se basta na proximidade das eleições gerais, mas foi construída, sobretudo, na força e na unidade de quem nunca desistiu.

A possibilidade de que se fala aqui é ao pé da letra: é aquela que preenche as condições necessárias para ser, para existir. É o Brasil que tem comida no prato, que tem emprego e renda, que oferece oportunidades. O Brasil que chora com a dor de seu povo, que comemora suas conquistas, que valoriza cada passo dado rumo ao que a gente precisa e merece. O Brasil que tem a consciência de que a educação que liberta deve ser alicerce e guia, e que por isso faz de tudo para que ela seja valorizada.

Um outro Brasil possível depende sim de quem está nas principais cadeiras dos Poderes que constituem o Estado, principalmente o Executivo. Deixar nesses espaços aqueles que cultuam torturadores e enriquecem com o dinheiro público resulta justamente no drama que vivemos hoje. Entretanto, esse outro Brasil possível depende também da gente. E é com a proposta de debater esse outro Brasil e traçar estratégias para alcançá-lo que estamos engajados neste 12º Congresso de Trabalhadores(as) em Educação.

Durante três dias, refletiremos e formularemos ações que coloquem a educação pública de volta no trilho do progresso. O desafio é grande, já que a investida por um país da estupidez é realizada em nível nacional e também distrital.



---

Nacionalmente, a política adotada para a educação é de cortes orçamentários profundos, tentativa de privatização, desvio de verba, de privação desse direito humano e do seu potencial de formação do pensamento crítico. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), mais de 5 milhões de crianças e adolescentes no país não tiveram acesso à educação: essa é a pior situação do Brasil em duas décadas.

No Distrito Federal não é diferente. Aqui, retrocedemos. Depois de anos, voltamos a ter salas de aula superlotadas, falta de monitores para estudantes com deficiência, ausência de concurso público para o magistério, explosão do número de professores(as) em regime de contratação temporária. Isso sem falar na imposição do congelamento salarial de sete anos. Um cenário indigesto, mas que não foi capaz de frear a luta da nossa categoria e os consequentes avanços que garantimos. São exemplos disso a incorporação do auxílio-saúde ao vencimento e o pagamento da última parcela do reajuste salarial conquistado em 2013, devida desde 2015. Com toda certeza, avanços que estão longe de serem suficientes para reparar as perdas que tivemos ao longo dos últimos anos.

Ainda é urgente lembrar que, aqui no DF, a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada está na mira de projetos como a educação domiciliar (homeschooling), a voucherização do ensino e a militarização das escolas. Essas iniciativas estão para além de projetos: são tentativas contundentes de tornar lei um sistema de ensino que aliena, oprime, exclui, se apresenta enquanto mercadoria.

Que a nossa angústia seja trampolim para este outro Brasil possível. Façamos desses três dias de debates um momento único de construção, com respeito à diversidade de opiniões, à pluralidade, ao diferente; com a certeza de que nossa luta é comum, e quanto a isso estamos de acordo.

**Façamos agora e não depois, pois esse outro Brasil possível não hesita em existir.**

**Boa reflexão, bom debate, boa luta!**

## Sumário

- 11 Regimento Interno do 12º CTE**
- 14 Tese 1 - Um outro Brasil é Possível!  
Um outro DF é possível!**
- 22 Tese 2 - Reviravolta na Educação  
(grupo do magistério que reivindica  
a Central Sindical  
e Popular – CSP-Conlutas)**
- 30 Tese 3 - Barrar o golpe e derrotar  
o fascismo**
- 34 Tese 4 - Grupo de aposentadas(os)**
- 38 Tese 5 - Organização e estrutura  
sindical: sobre os congressos,  
seminários e conferências da  
categoria**
- 42 Tese 6 - Conjunturas**
- 46 Tese 7 - Organização e estrutura  
sindical: resgatar para avançar!**
- 52 Tese 8 - Superar a encruzilhada  
brasileira pela Ação Direta Sindical**
- 57 Contribuição 1 - GT Meio  
Ambiente – 12º Congresso de  
Trabalhadores/as da Educação**
- 61 Contribuição 2 - Grupo de  
Trabalho Raça e Sexualidade**
- 65 Contribuição 3 - Grupo de  
Trabalho Educação Inclusiva com  
foco na Educação Especial**
- 67 Contribuição 4 - Tecnologias na escola.  
É preciso não retroceder**
- 69 Contribuição 5 - Inclusão da Pessoa  
com Deficiência**
- 73 Contribuição 6 - Coordenação  
Pedagógica: um direito a ser valorizado  
e protegido**
- 77 Resolução 1 - Conjunturas  
internacional, nacional e local**
- 79 Resolução 2 - Contra a  
obrigatoriedade do registro no  
CREF para atuação na escola**
- 81 Resolução 3 - Emenda aditiva ao Eixo 3:  
Precarização da profissão docente:  
contratos temporários, informalidade e  
plataformização**
- 83 Resolução 4 - Resolução do XII  
Encontro de Mulheres Educadoras  
Antonieta de Barros**
- 89 Resolução 5 - Sindicato não é curral  
eleitoral**
- 93 Moção 1 - Moção de repúdio ao  
assassinato de Dom Phillips e Bruno  
Pereira**
- 95 Moção 2 - Repúdio à cassação do  
vereador Renato Freitas**



## Regimento interno

**12º CONGRESSO DOS/AS  
TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO**

**Tema: Um novo Brasil é possível!  
07 a 09 de julho de 2022**

1. **12º CONGRESSO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO**

2. **Tema: Um novo Brasil é possível!**

3. **07 a 09 de julho de 2022**

4. **Regimento Interno**

5.  
6. **CAPITULO - I DOS OBJETIVOS**

7.  
8. **Artigo 1º** - O 12º Congresso de Trabalhadoras (es) em Educação do Distrito Federal tem  
9. como objetivo discutir e deliberar sobre os temas anunciados na convocação do Congresso  
10. e constantes da programação do Jornal do 12º CTE;

11.  
12.  
13. **CAPITULO II - DA REALIZAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO**

14.  
15. **Artigo 2º** - O 12º Congresso de Trabalhadoras (es) em Educação do Distrito Federal será  
16. realizado entre os dias 07 e 09 de julho de 2022, no Centro de Convenções Ulysses Gui-  
17. marães, localizado no Eixo Monumental, Brasília – DF.

18.  
19. **Artigo 3º** - A organização do 12º Congresso Trabalhadores (as) em Educação do Distrito  
20. Federal é de responsabilidade do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO/  
21. DF, através de sua Comissão Organizadora e tem como competências:

22. a) Orientar e preparar o Congresso

23. b) Propor o Regimento Interno.

24. c) Instalar o Congresso.

25.  
26. **Artigo 4º** - O Congresso é soberano para deliberar sobre os assuntos constantes do  
27. artigo 1º deste regimento.

28.  
29.  
30. **CAPITULO III – DA PARTICIPAÇÃO**

31.  
32. **Artigo 5º** - Poderão participar do Congresso:

33.  
34. I - Diretoras (es) do SINPRO/DF como delegadas (os) natos (as);

35.  
36. II - Delegadas (os) sindicais eleitas (os) nas escolas que comprovem sua eleição por meio  
37. de ata atualizada, desde que inscritos dentro do prazo estabelecido pela Comissão Organi-  
38. zadora do Congresso;

39.  
40. III – As (os) educadoras (es) sindicalizados (as) eleitas em seu local de trabalho, de acordo  
41. com os critérios divulgados pelo SINPRO/DF terão a sua participação garantida, levando- se  
42. em consideração o número de delegadas (os) a que cada escola tem direito.

43.  
44. IV – As (os) educadoras (es) sindicalizadas (os), das Coordenações Regionais de Ensino  
45. (CREs), sendo estas (as) delegadas (os) eleitas (os) na Gerência Regional de Educação Básica  
46. (GREB);

47.  
48. V – As (os) especialistas em educação – orientadores educacionais, sindicalizados, eleitos



1. (as) pelo coletivo em suas respectivas Coordenações Regionais, com registro em Ata;
2. VI - As (os) educadoras (es) aposentadas (os) eleitas (os) em plenária específica, convocada
3. para esse fim.
- 4.
5. VII – Duas/dois (2) educadoras (es) sindicalizadas (os), representantes da Secretaria de Edu-
6. cação de Ensino Básico (SEEB);
- 7.
8. VIII - Dois (2) educadores (as) sindicalizados (as), representantes da Escola de Aperfeiçoa-
9. mento dos Profissionais de Educação (EAPE);
- 10.
11. XIX - Outros casos (requisitado, afastado, em outras atividades) avaliados pela Comissão
12. Organizadora do Congresso, respeitado o limite máximo de delegados ao Congresso.
- 13.

14. **Artigo 6º** - Terão direito a voz ou voto apenas as (os) delegadas (os) credenciadas (os)
15. neste Congresso.
- 16.

#### 17. **CAPITULO IV – DO CREDENCIAMENTO**

- 18.
19. **Artigo 7º** - O credenciamento das (os) delegadas (os) será realizado no local do Congresso:
20. Dia 07/07/2022 das 16h00 às 22h00.
21. E dia 08/07/2022 das 08h00 às 12h00.
- 22.

#### 23. **CAPÍTULO V – DA COMPOSIÇÃO DAS MESAS**

- 24.
25. **Artigo 8º** O 12º Congresso de Trabalhadores (as) em Educação será composto por:
26. a) Mesas de Discussão,
27. b) Grupos de Trabalhos preparatórios ao Congresso;
28. c) Plenária Final para aprovação das resoluções, moções e emendas, relativas ao
29. tema do Congresso.
- 30.

31. **Artigo 9º** - As mesas de debates e Grupos de Trabalho - GTs ao 12º Congresso de Traba-
32. lhadores (as) em Educação - CTE serão indicadas pela Comissão Organizadora.
- 33.

34. **Artigo 10º** - As mesas de debates e Grupos de Trabalho – GTs serão compostos por:
35. a) Um (a) ou dois/duas convidados (as) pela organização do Congresso;
- 36.
37. b) Dois mediadores (as) representantes do SINPRO/DF;
38. Parágrafo primeiro: Após a exposição dos (as) palestrantes será aberta a discus-
39. são ao plenário, por meio de intervenção de até 3 minutos.
40. Parágrafo segundo: As inscrições serão feitas à mesa por meio da apresentação do
41. crachá e se encerrarão durante a fala do terceiro orador.
42. Parágrafo terceiro: as propostas apresentadas por delegados (as) durante as mesas
43. temáticas, desde que de acordo com o tema, serão encaminhadas à plenária final
44. para apreciação;
45. Parágrafo quarto: as propostas apresentadas por delegados (as) serão sistemati-
46. zadas e votadas na plenária final;
47. Parágrafo quinto: serão levadas à plenária final as propostas oriundas dos GTs
48. preparatórios ao 12º CTE.

1. Parágrafo sexto: só serão levadas à votação as propostas apresentadas por escrito
2. à mesa.
- 3.
4. **Artigo 11º** - As deliberações nas plenárias serão tomadas por maioria simples de votos.
- 5.
6. **Artigo 12º** - Na plenária de apresentação e defesa de teses, o proponente de cada tese
7. completa terá 6 (seis) minutos, e os proponentes das teses incompletas terão 3 (três) minu-
8. tos cada.
9. Parágrafo único: imediatamente após as defesas das teses, a plenária deliberará,
10. por maioria simples de votos, sobre aquela que será a tese guia.
- 11.
12. **Artigo 13º** - As emendas feitas à Tese Guia farão parte do relatório final, desde que:
13. a) Aprovadas por consenso e/ou,
14. b) Aprovadas por maioria simples.
- 15.
16. **Artigo 14º** - O tempo para intervenção será de até 3 (três) minutos, sem concessão de apartes.
- 17.
18. **Artigo 15º** - Nas votações deverão ser observados ainda os seguintes aspectos:
- 19.
20. I – As questões de ordem e encaminhamentos deverão, primeiro, serem encaminhados à mesa.
- 21.
22. II - As declarações de voto serão feitas apenas por escrito;
- 23.
24. III – O direito de resposta deverá ser concedido apenas a quem for citado nominalmente e
25. de forma pejorativa;
- 26.
27. IV – Durante o regime de votação não serão permitidas questões de ordem ou encaminhamento.
- 28.
29. **Artigo 16º** - As Resoluções e Moções apresentadas ao 12º Congresso – CTE terão que ser
30. entregues à Comissão Organizadora do Congresso até às 14h30 (quatorze horas e trinta
31. minutos) do dia 09/07/2022.
- 32.
33. **Artigo 17º** - A comissão organizadora do 12º CTE elaborará o texto final à luz das Reso-
34. luções, Emendas e Moções aprovadas pelo Congresso.
35. Parágrafo único: para ser levada a votação as moções e resoluções deverão ter 20% (vinte
36. por cento) de assinaturas das (os) delegadas (os) participantes do Congresso.
- 37.
38. **Artigo 18º** - Os casos omissos serão encaminhados pela Comissão Organizadora do 12º
39. Congresso de Trabalhadores (as) em Educação do DF.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.



## Tese 1

**Um outro Brasil é Possível!**  
**Um outro DF é possível!**

1. **Um outro Brasil é Possível! Um outro DF é possível!**

2.

3. **I – Conjunturas internacional, nacional e local**

4.

5. As crises que se sucedem no mundo ao longo de séculos – sobretudo no sistema capitalista – ganham atualmente contornos mais dramáticos. Segundo a ONU, cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada e 811 milhões estavam na extrema pobreza, em 2020. Enquanto isso, o clube de bilionários continua se expandindo à custa da exploração da mão de obra e da intensa desregulamentação dos direitos trabalhistas.

10.

11. Aproveitando-se do caos econômico e se apoiando em valores antissociais e antiéticos como o individualismo e os preconceitos de raça, cor, religião, sexo, gênero e orientação sexual, a extrema direita avançou em vários continentes, elegendo governos intolerantes, antidemocráticos e que colocam milhões de pessoas em condições de total vulnerabilidade. E o negacionismo desses governos foi responsável pela morte de milhares de pessoas na pandemia de Covid-19, sendo que o Brasil e os EUA, especialmente na gestão de Trump, acumulam mais de ¼ das mortes por coronavírus no mundo!

18.

19. Já as guerras híbridas e os movimentos separatistas patrocinados pelos EUA têm gerado crises e conflitos armados em todo o mundo. O mais recente é a guerra entre Rússia e Ucrânia, com indisfarçáveis interesses econômicos e bélicos, sobretudo de expansão da Otan sobre o Leste europeu. E é imperioso que as nações se unam pelo fim da guerra não só na Ucrânia, mas também na África e no Oriente Médio, e pelo acolhimento humanitário dos refugiados.

24.

25. A América Latina tem retomado a agenda de desenvolvimento inclusive elegendo governos progressistas (o último foi na Colômbia). E há grande expectativa de o Brasil consolidar essa guinada política na Região, elegendo Lula presidente e recolocando o país no centro dos debates da superação da pobreza, da preservação ambiental, entre outros. São pautas intrinsecamente ligadas à superação do capitalismo e à edificação de uma sociedade socialista.

30.

31. O Brasil vive uma crise profunda com mais de 33 milhões de pessoas passando fome e quase 11 milhões de desempregados. A taxa de desocupação mínima na última década foi de 4,3%, no governo Dilma (2014), e a máxima de 14,9%, no governo Bolsonaro (2021). Aliado a isso, a inflação galopante contribui com o arrocho salarial e agrava a carestia da população de rua.

35.

36. O desmonte do Estado brasileiro teve início no pós-golpe de 2016 e se aprofundou na gestão de Jair Bolsonaro. A privatização de empresas públicas (Embraer, Eletrobras e subsidiárias da Petrobras); o desmonte dos marcos e das agências ambientais, estimulando a violência e a exploração econômica em reservas ambientais e indígenas; a retirada de direitos da classe trabalhadora com as reformas trabalhista e previdenciária; a instituição do Teto de Gastos (Emenda 95), impedindo novos investimentos em saúde e educação por 20 anos, impuseram pobreza ao povo e mais concentração de renda aos ricos.

43.

44. Além de aprofundar a crise econômica e social, o governo Bolsonaro investe na desestabilização da democracia com frequentes ataques às instituições e sucessivas ameaças de golpe. Também está envolvido em diversos casos de corrupção com participação direta de membros da família do presidente. É um contexto onde o fascismo ganha contornos concretos, acompanhado do discurso religioso fundamentalista e da maciça presença de militares na administração pública.



1. As eleições de 2022 terão caráter plebiscitário e é necessário somar esforços para a cons-
2. trução dos Comitês Populares e das Brigadas Digitais propostas pela CUT, visando à orga-
3. nização da luta para derrubar o fascismo no Brasil e forçar o Congresso Nacional a revogar
4. as reformas neoliberais, o orçamento secreto, o congelamento dos gastos sociais e todos os
5. ataques aos direitos da classe trabalhadora. A preservação das empresas estatais e seu com-
6. promisso com o projeto de desenvolvimento soberano também é estratégico. A política de
7. preços imposta à Petrobras, que beneficia acionistas em detrimento da população, precisa ser
8. revista. E outras pautas represadas, como a reforma agrária, requerem imediata implantação.
- 9.
10. Em nível do DF, as eleições de 2018 não foram diferentes do restante do país. A negação da
11. política, o enxugamento do Estado e a criminalização dos partidos de esquerda foram os
12. pontos centrais. O atual governador, Ibaneis Rocha, surfou nessa onda, atrelando sua candi-
13. datura à de Jair Bolsonaro. Ainda hoje, os discursos e as práticas administrativas continuam
14. semelhantes entre os dois.
- 15.
16. No início da pandemia da Covid-19, Ibaneis acertou em adotar as orientações da OMS,
17. mas posteriormente cedeu às pressões do governo federal e do comércio local. Hoje, o DF
18. ultrapassa 750 mil pessoas contaminadas e 11 mil mortes por coronavírus.
- 19.
20. Além do descaso com a saúde, o governo distrital não deu a devida atenção às demais áreas
21. da administração, em especial à educação, à segurança, à mobilidade urbana e ao histórico
22. déficit habitacional. A educação tem sido alvo de severos ataques, através de parcerias públi-
23. co-privadas, de militarização das escolas, jogando por terra a construção histórica do pro-
24. jeto de Gestão Democrática. O servidor público, inclusive aposentado, é penalizado com
25. a precarização do trabalho, o arrocho salarial e o aumento da contribuição previdenciária.
- 26.
27. Tal como em nível nacional, o momento no DF exige a unidade da classe trabalhadora para
28. frear as políticas de Estado mínimo e para inaugurar um projeto que contemple os diversos
29. setores da sociedade, assegurando desenvolvimento, emprego e oportunidades para todos.
- 30.
31. **2 – Em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente**
32. **referenciada**
33. A retomada do neoliberalismo no Brasil, sobretudo a partir da aprovação da Emenda Cons-
34. titucional 95, rompeu com diversos compromissos sociais, especialmente com a educação.
35. O PNE e os planos subnacionais tiveram suas metas quase todas abandonadas pela con-
36. tenção dos investimentos públicos e pelos sucessivos cortes orçamentários. Só neste ano,
37. as universidades e os institutos federais sofreram contingenciamento de R\$ 3,2 bilhões (o
38. governo estuda reduzir em 50% esse valor) e a área de Ciência e Tecnologia perdeu outros
39. R\$ 3 bilhões.
40. Os ganhos advindos com a aprovação do novo Fundeb estão em risco tanto em função dos
41. cortes em programas suplementares do MEC (transporte, merenda, material didático e for-
42. mação profissional) quanto pela abertura do Fundo público à iniciativa privada. A Lei 14.276,
43. entre outras coisas, autorizou o repasse de recursos do Fundeb para instituições de ensino
44. do Sistema S.
45. Também a partir de 2016, a educação passou a perder sua principal fonte extra de recursos
46. conquistada com a descoberta do pré-sal. A Lei 12.351, aprovada no governo Lula, destinou
47. todos os recursos advindos da comercialização da União no pré-sal ao Fundo Social. Do
48. total, 50% eram para financiar o cumprimento das metas do PNE. Ocorre que duas leis pos-

1. teriores alteraram o montante e a partilha dos recursos do Fundo Social (leis 13.586/2017 e 14.052/2020), reduzindo as verbas da educação. Agora, o governo Bolsonaro propõe acabar de vez com o Fundo Social, por meio do PL 1.583/2022.

2.  
3.  
4.  
5. Além desses ataques, a recente Lei Complementar 194 – que limita a alíquota do ICMS sobre combustíveis e outros produtos – retirará mais de R\$ 25 bilhões da educação, tendo o governo vetado os dispositivos que previam compensação da União a estados, DF e municípios para cumprimento dos pisos constitucionais de educação e saúde em 2022. Situação essa que comprometerá não apenas os investimentos nas redes de ensino, mas o próprio custeio das escolas e a remuneração dos profissionais da educação.

6.  
7.  
8.  
9.  
10. Os ataques do governo Bolsonaro à educação – muitos corroborados por prefeitos e governadores, a exemplo de Ibaneis, no DF – não se restringem à pauta orçamentária. Há uma disputa ideológica e de projeto de sociedade que tem causado muitos prejuízos à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Entre as principais medidas governamentais de ataque à educação, contra as quais o Sinpro-DF se soma à luta da CNTE e de outras entidades e sindicatos da educação do país, destacam-se:

11.  
12. **1. A militarização escolar:** fomentada pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim), essa política visa pretensamente combater a violência escolar. Porém, na prática, tem sido responsável (a) por agressões de militares a estudantes e profissionais da educação dentro das escolas, (b) por restrições a direitos individuais e perseguições a grupos sociais (LGBTQIA+ e afrodescendentes), (c) por evasão escolar decorrente das “transferências” de estudantes que não se enquadram nos padrões de disciplina militar, (d) por prioridades de investimento nas escolas militarizadas em detrimento das demais unidades públicas, (e) além de comprometer gravemente os princípios da pluralidade, da laicidade e da democracia escolar. Recentemente, o Ministério Público do Distrito Federal revisou sua posição em relação às escolas cívico-militares, orientando o fim dos convênios com as áreas militares na rede educacional do DF. E o Sinpro-DF apoia essa orientação e cobrará do governo Ibaneis a destituição dos acordos.

13.  
14.  
15.  
16.  
17.  
18.  
19.  
20.  
21.  
22.  
23.  
24.  
25.  
26.  
27.  
28.  
29.  
30.  
31.  
32.  
33. **2. A educação domiciliar (homeschooling):** a Câmara Distrital aprovou o projeto em 2020 e o Sinpro-DF ingressou com ação judicial por falta de previsão legal para entes subnacionais legislares sobre a matéria. Em maio último, a Câmara dos Deputados aprovou alterações na LDB visando recepcionar a educação domiciliar na legislação nacional. O projeto está em discussão no Senado e os trabalhadores em educação são contrários ao homeschooling. Além de atacar princípios da pluralidade de saberes, da formação humanística e cidadã e de respeito às diversidades, a educação domiciliar expõe crianças a abusos domésticos e cria novas atribuições e despesas aos sistemas de ensino para monitorar as matrículas domiciliares, retirando recursos que deveriam ser empregados na qualidade da escola pública.

34.  
35.  
36.  
37.  
38.  
39.  
40.  
41.  
42.  
43.  
44. **3. A Escola sem Partido (Mordaça):** há projetos tramitando nas câmaras federal e distrital com o objetivo de restringir os conteúdos curriculares e subordiná-los inteiramente às preferências ideológicas dos pais. Ademais, a proposta estabelece verdadeira perseguição a determinados conteúdos pedagógicos, a exemplo da identidade de gênero. O STF tem julgado inconstitucionais as leis estaduais e



1. municipais que tratam do assunto, e o homeschooling tem servido de alternativa
2. aos grupos reacionários que defendem a mordça escolar.
- 3.

4. **4. A reforma do ensino médio e a privatização da educação pública:** o
5. Sinpro-DF se manterá engajado na luta contra a implementação do novo ensino
6. médio, dado que essa política é extremamente prejudicial para os estudantes e para
7. a escola pública. Além de limitar conteúdos e de não garantir o acesso a todos os
8. itinerários formativos, o NEM foca a automação e a privatização da educação, a des-
9. qualificação da profissão docente (introduzindo o Notório Saber), a demissão de
10. professores e funcionários das escolas públicas, substituindo o compromisso do
11. PNE de expansão da Escola Integral pela educação a distância e por convênios pre-
12. cários com instituições não necessariamente educacionais, com o fito de reduzir
13. as despesas estatais com a educação, inclusive diminuindo a demanda na universi-
14. dade pública, condicionando a juventude das classes populares a ocupações de baixa
15. remuneração.
- 16.

### 17. **3 - Organização e estrutura sindical**

18. O Sindicato dos Professores no Distrito Federal sempre pautou a sua luta em defesa da escola
19. pública, gratuita, inclusiva, integral, democrática, laica e socialmente referenciada, com autono-
20. mia e independência frente aos governos de plantão. Além das pautas específicas da educa-
21. ção e da categoria, o Sinpro-DF se mantém engajado nas lutas contra as políticas neoliberais
22. de expropriação, privatização e supressão de direitos da classe trabalhadora e da sociedade.
- 23.

24. Mais uma vez, o Brasil atravessa um período de intensos ataques ao Estado Democrático de
25. Direito e à classe trabalhadora. São investidas arquitetadas pelos setores reacionários que che-
26. garam ao poder com o golpe de 2016 e que têm a missão de substituir o modelo de “Estado
27. de Bem-Estar Social” pelo “Estado Mínimo”, através da imposição de um projeto ultraconser-
28. vador e neoliberal voltado aos interesses do capital nacional e internacional.
- 29.

30. Os direitos trabalhistas conquistados nas últimas décadas e os direitos cidadãos presentes na
31. Constituição Federal de 1988 têm sido os alvos prioritários. Muitos, inevitavelmente, foram des-
32. truídos com as contrarreformas trabalhista e previdenciária, de cunho neoliberal. Sob o pseu-
33. doargumento de combater o desemprego no país, a reforma trabalhista flexibilizou conquistas
34. e implementou novas relações de trabalho extremamente desvantajosas para os(as) trabalha-
35. dores(as), como o contrato intermitente. Na Previdência, os déficits originados pela má gestão
36. pública permitiram aprovar confiscos aos ativos e aposentados, através da EC 103, posterior-
37. mente replicada nos estados, DF e municípios que possuem regimes previdenciários próprios.
- 38.

39. Parte significativa das reformas no mundo do trabalho se deve à revolução digital em curso,
40. que também afeta o setor educacional. As plataformas via internet ganham cada vez mais
41. espaço e o capital ávido por maiores ganhos investe na desregulamentação do trabalho e na
42. potencialização da mais valia. Se, por um lado, é preciso adaptar as relações de trabalho na
43. indústria 4G, por outro, isso não pode representar a aniquilação de direitos da classe tra-
44. balhadora. Na educação, especificamente, o empenho do governo federal (e estaduais/dist-
45. rital) em disponibilizar parte significativa dos currículos a distância, coloca para os sindicat-
46. os a tarefa, primeiro, de rechaçar peremptoriamente a oferta escolar não presencial e, num
47. segundo momento, de negociar os limites, formas e condições de trabalho para os profis-
48. sionais que executam atividades não presenciais.

1. Em relação às pautas do Sinpro com o GDF, importante mantê-las dentro das condições  
2. estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação, sobretudo no que se refere à equiparação  
3. salarial do magistério com outras categorias do serviço público com mesmo nível de escola-  
4. ridade. Transcorridos sete anos de vigência do PDE, os(as) professores(as) continuam entre  
5. os que possuem menor remuneração na estrutura organizativa do GDF por nível de for-  
6. mação profissional.

7.  
8. Outra demanda importante para a qualidade da educação e para assegurar direitos à catego-  
9. ria refere-se à necessidade de ampliação de contratos efetivos, através de concursos públi-  
10. cos. Atualmente, apenas 57,6% da rede pública escolar é composta por profissionais concu-  
11. rsados. Mais de 40% são temporários e ficam submetidos a contratos precários. Mesmo  
12. o Sinpro mantendo a representação dos profissionais temporários, importante avançar na  
13. pauta da ampliação do concurso público, pois garante estabilidade, acesso ao plano de car-  
14. reira e à aposentadoria pelo regime próprio do GDF, além de significar melhores condições  
15. de trabalho aos profissionais da educação.

16.

#### 17. **Sindicalização e negociação coletiva**

18. Passada mais de uma década da aprovação da Convenção 151 da OIT, que versa sobre o  
19. direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública, a legislação não foi  
20. regulamentada para que esse direito se cumpra de fato. A negociação coletiva no serviço  
21. público é outro ponto pendente de efetividade. Por outro lado, a estabilidade do servidor con-  
22. tinua sendo atacada, mais recentemente pela PEC 32, que versa sobre a reforma administra-  
23. tiva. A proposta do governo Bolsonaro tramita na Câmara dos Deputados e, caso seja apro-  
24. vada, permitirá ampla e irrestrita terceirização dos serviços públicos à iniciativa privada, com  
25. consequente demissão em massa de servidores. A estabilidade será totalmente flexibilizada!

26.

27. O direito de greve no serviço público continua mitigado e pendente de regulamentação,  
28. sendo que os projetos de lei no Congresso são altamente prejudiciais para os servidores,  
29. que têm atuado através de suas entidades representativas para impedir suas aprovações. As  
30. punições a trabalhadores(as) grevistas e condenações judiciais de dirigentes sindicais conti-  
31. nuam sendo realidades no país, embora cada vez mais denunciadas em âmbito da OIT e da  
32. Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

33.

34. Os ataques aos sindicatos, sobretudo na vigência de governos autoritários, se dão de inúmer-  
35. as formas, especialmente para inviabilizar financeiramente as instituições. A reforma traba-  
36. lhista acabou com o imposto sindical – meio de sustentação de muitos sindicatos da inicia-  
37. tiva privada – e a MP 873, de 2019, tentou impedir o desconto da contribuição sindical na folha  
38. de pagamento dos servidores. Por pressão dos sindicatos, a MP de Bolsonaro caducou e não  
39. foi votada pelo Congresso. Não satisfeito, o governo editou o decreto 9.735/2019, vetando o  
40. desconto na folha de pagamento de contribuições sindicais dos servidores da União. A ques-  
41. tão foi judicializada, porém inspirou vários projetos de lei e propostas de emenda à Constitui-  
42. ção que tratam da “reforma sindical”. Todos têm como “sugestão” limitar as formas de arrecada-  
43. ção dos sindicatos, via descontos de consignações em folha de pagamento.

44.

#### 45. **4 - Plano de Lutas**

46. Para viabilizar o Plano de Lutas para o próximo período, será necessária uma mobiliza-  
47. ção permanente na base e na sociedade, com o Sinpro se mantendo atuante nas escolas  
48. e revitalizando as plenárias sindicais, com os gestores e gestoras escolares. Sempre que



1. necessário, as paralisações da nossa força trabalho deverão acontecer para ampliar direitos e impedir retrocessos.

3.

4.

#### 5. **Lutas gerais**

6. • Defesa da democracia com eleições livres e diretas. Bolsonaro e Ibaneis nunca mais;

7.

8. • Lutar para garantir governos e parlamentos com representações populares, progressistas e da classe trabalhadora;

9.

11. • Apoiar os Comitês Populares de Lutas e as Brigadas Digitais da CUT para defender a democracia e a soberania do país, além dos direitos sociais da classe trabalhadora;

12.

14. • Revogação da Emenda Constitucional 95;

15.

16. • Revogação das reformas trabalhista e previdenciária;

17.

18. • Contra a PEC 32 (Reforma Administrativa);

19.

20. • Lutar contra a fome e a miséria;

21.

22. • Lutar pela soberania do Brasil e contra as privatizações das empresas públicas (Petrobrás, Bancos Públicos, Correios, universidades e outras);

23.

25. • Por uma política de preços da Petrobrás que atenda a necessidade do povo brasileiro, contenha a inflação e não beneficie apenas os acionistas da empresa, majoritariamente internacionais;

26.

29. • Defesa das populações indígenas, das comunidades quilombolas, das mulheres, das populações negras, das pessoas com deficiência, das juventudes, dos idosos, das crianças e dos adolescentes e das comunidades LGBTQIA+;

30.

33. • Defender os povos da América Latina e do Caribe contra todas as formas de opressão por parte do imperialismo estadunidense.

34.

#### 36. **Lutas educacionais**

37. • Em defesa da educação pública e de seus profissionais;

38.

39. • Pelo cumprimento das metas dos Planos Nacional e Distrital de Educação;

40.

41. • Defesa do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério;

42.

43. • Contra a militarização das escolas, a educação domiciliar (*homeschooling*), a Lei da Mordada (Escola sem Partido) e a privatização da educação pública;

44.

46. • Pelo direito a uma escola laica, democrática e que respeite a diversidade racial, religiosa, de gênero e de orientação sexual – pelo acolhimento sem preconceitos de LGBTQIA+;

47.

48.

1. • Não aos princípios utilitaristas, mercadológicos e tecnicistas contidos na reforma do
2. Ensino Médio e BNCC;
- 3.
4. • Pela aprovação do Sistema Nacional de Educação e o Custo Aluno Qualidade;
- 5.
6. • Defesa da Educação Escolar Presencial e da profissão docente, contra a precarização, a ter-
7. ceirização, a desprofissionalização e a superexploração do trabalho docente;
- 8.
9. • Pela ampliação da educação integral à luz do Plano Distrital de Educação;
- 10.
11. • Plena efetividade à Gestão Democrática do Ensino Público, com autonomia financeira e
12. política, conforme a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012;
- 13.
14. • Investir em políticas públicas e democráticas de segurança nas áreas escolares;
- 15.
16. • Pela ampliação do Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária (PDAF);
- 17.
18. • Contra a superlotação das turmas escolares que prejudica a qualidade do ensino e o tra-
19. balho docente;
- 20.
21. • Lutar por concurso público;
- 22.
23. • Lutar por segurança sanitária nas escolas.
- 24.
- 25.
26. **Lutas Econômicas**
27. • Recomposição salarial oriunda dos sete anos sem reajuste;
- 28.
29. • Aplicação da Meta 17 do PDE, garantindo a isonomia entre os trabalhadores em educação
30. com outras áreas com nível de escolarização equivalente;
- 31.
32. • Incorporar aos salários todas as gratificações devidas;
- 33.
34. • Luta permanente pela atualização do auxílio alimentação e plano de saúde;
- 35.
36. • Garantir conquistas para os(as) aposentados(as) e contratos temporários.
- 37.

38.  
39. **Proponente: Diretoria Colegiada do Sinpro-DF**

- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.



## Tese 2

# **Reviravolta na Educação (grupo do magistério que reivindica a Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas)**

1. **Reviravolta na Educação (grupo do magistério que reivindica a Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas)**

2.

3.

4. **I - Conjuntura: a crise econômica capitalista está levando mais miséria à classe trabalhadora que luta e resiste**

5.

6.

7. O 12º CTE deveria ter sido realizado no início do semestre, para contribuir na organização

8. da campanha salarial, na luta contra Bolsonaro e seu aliado Ibaneis. Criticamos a organização

9. do Congresso centrado em palestras, com pouco espaço para a base apresentar propostas:

10. todas as teses inscritas terão apenas 30 minutos de apresentação nos três dias do Congresso!

11.

12. Mesmo com as limitações ao debate, ousamos contribuir apresentando à categoria nossas

13. teses, que são críticas às concepções da atual diretoria do Sinpro-DF e da CUT.

14.

15. Vivemos o aprofundamento da crise da sociedade capitalista que arrasta o magistério público

16. do DF, a classe trabalhadora, à degradação das condições de existência, com reformas que reti-

17. ram direitos, precarizam o trabalho, dificultam a aposentadoria e diminuem o poder de compra dos salários.

18.

19.

20. O papel do Brasil na Divisão Mundial do Trabalho, imposta pelo imperialismo, é de exporta-

21. dor de commodities com menor valor agregado (soja, minérios etc.). A decadência é maior

22. e o país se aproxima de uma colônia, entrega setores com maior desenvolvimento tecnoló-

23. gico para as multinacionais se concentrando em setores de baixa tecnologia, se desindustria-

24. lizando. Avança a expansão agrícola, a indústria extrativista e os ataques aos povos originários.

25.

26. A submissão do país ao imperialismo ocasiona o rebaixamento das condições de vida: pan-

27. demia, destruição da natureza, guerras e a fome de milhões. Enquanto piora as condições de

28. vida do povo, os 1% mais ricos passaram a abocanhar mais de 50% da riqueza nacional. São fre-

29. quentes as notícias de esquemas de corrupção envolvendo os governantes e os empresários.

30.

31. Os brutais assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips expressam o avanço predatório das

32. madeiras, mineradoras e do agro, sob a proteção do governo Bolsonaro.

33.

34. A classe trabalhadora tem reagido com lutas. Cresce a insatisfação com a maioria em ruptura,

35. em oposição ao governo Bolsonaro.

36.

37. No mundo, o povo ucraniano enfrenta Putin e seu plano de impor uma ditadura, roubar ter-

38. ritórios e riquezas da Ucrânia para os capitalistas russos. Devemos estar ao lado da resistên-

39. cia ucraniana: nem tropas russas, nem EUA, União Europeia e OTAN! Por uma Ucrânia livre e

40. soberana para a classe trabalhadora.

41.

42. No Equador, os recentes levantes dos indígenas estão à beira de colocar para fora o presidente Lasso.

43.

44. As eleições estão ameaçadas por Bolsonaro, que questiona as urnas eletrônicas, cria confusão

45. para questionar o resultado eleitoral e visa à implementação de ações autoritárias para impor

46. uma ditadura militar. Diante do crescente armamento da ultradireita, é tarefa dos trabajado-

47. res, de suas entidades, organizar a autodefesa para se defender da violência da patronal e do

48. Estado, através da auto-organização coletiva.



1. A classe dominante conseguiu, até o momento, canalizar para o terreno eleitoral a insatis-  
2. fação social. A classe trabalhadora tem lutado, mas suas lutas permanecem isoladas. As gran-  
3. des centrais sindicais não organizam nenhum plano de lutas nacional, nenhum chamado a uma  
4. mobilização ou greve geral, enquanto os governos federal e estadual, o Congresso Nacional e  
5. os patrões desferem ataques como as privatizações e os constantes aumentos no preço dos  
6. combustíveis e alimentos. A direção majoritária do movimento sindical e popular, submissa,  
7. freou qualquer processo mais amplo de mobilização para derrubar Bolsonaro já!

8.  
9. Essa lógica de não construir e unificar as lutas se vincula à unidade com setores da burguesia  
10. nas eleições. Devemos debater uma saída política para o país, não se contentar com a frente  
11. ampla de Lula-Alckmin, batalhar pela independência da classe trabalhadora frente aos patrões  
12. e seus governos. A experiência demonstra que esse tipo de governo retira nossos direitos e  
13. prepara novas derrotas. Sem alianças com nossos inimigos, precisamos de um plano econô-  
14. mico que enfrente o sistema financeiro, não pagando a dívida pública, taxando as grandes for-  
15. tunas, estatizando 100% a Petrobrás, destinando os recursos para atender as demandas dos  
16. trabalhadores. É preciso avançar na conscientização da necessidade de um governo socialista  
17. dos trabalhadores, com democracia.

18.  
19. Bolsonaro começou o ano cortando 800 milhões da educação. Junto com o Congresso Nacio-  
20. nal, aprofundou a reforma trabalhista, resultando no aumento do desemprego, na precariza-  
21. ção, redução dos salários e direitos. Com a reforma da Previdência, implementada por Ibaneis,  
22. aumentou nossa contribuição mensal para 14%. A CEB foi privatizada: aumentaram as tarifas  
23. e demitiram eletricitários.

24.  
25. Ibaneis não repõe nossas perdas salariais superiores a 50%, não realiza concursos públicos com  
26. vagas suficientes, precariza a categoria com milhares de contratos temporários. Destrói a edu-  
27. cação pública com a militarização das escolas e a perseguição política a estudantes e docentes;  
28. com a redução de educadores sociais e com a implementação do Novo Ensino Médio.

29.  
30. **2 - Defesa da educação pública e gratuita, democrática, laica e socialmente refe-**  
31. **renciada**

32. A escola pública precisa de mudanças, que devem ser pautadas no debate democrático com  
33. a comunidade escolar, na ampliação dos investimentos em educação, ciência e tecnologia, na  
34. valorização das trabalhadoras(es) e no desenvolvimento do conhecimento crítico e capaci-  
35. dade criativa dos estudantes.

36.  
37. A defesa de uma educação pública de qualidade, vinculada com a vida e o trabalho, com for-  
38. mação universal e única a todos, perpassa pelo questionamento ao atual modelo de sociedade,  
39. baseado na exploração e na divisão entre classes sociais. Na contramão disso, a implantação  
40. do Novo Ensino Médio vai aprofundar as desigualdades já existentes.

41.  
42.

43. **Revogação da contrarreforma do Ensino Médio e da BNCC!**

44. A implantação da Reforma do Ensino Médio - o NEM, decretada por Temer, é um ataque sem  
45. precedentes à educação básica e à escola pública. Aprofunda a privatização alegando que vai  
46. tornar o ensino médio “mais atrativo” e que os estudantes poderão “escolher” o que estu-  
47. dar, conforme sua área de interesse. Essa escolha precoce já é problemática, pois o estudante  
48. teria que definir muito cedo o que quer fazer. Esse discurso é totalmente falacioso! As esco-

1. las não irão oferecer todos os Itinerários Formativos: a escola só é obrigada a oferecer uma
2. opção. O estudante terá que mudar de escola se quiser cursar uma área do conhecimento
3. que a escola não oferece.
- 4.
5. Sob o discurso de “modernização”, o MEC e as secretarias da educação estão empobrecendo
6. os currículos. O estudante não terá uma formação geral e completa, as disciplinas são diluídas
7. nas áreas de conhecimento, o currículo é substituído por aulas voltadas para a “motivação”, o
8. “engajamento” e o “empreendedorismo”. Na realidade, os estudantes nem estarão prepara-
9. dos para o ingresso no ensino superior, nem terão formação profissional de verdade.
- 10.
11. O objetivo é atender às novas demandas do capital: uma base precária, com currículo flexi-
12. vel, para se adequar à flexibilização e precarização do trabalho. A lógica empresarial vai pene-
13. trando até na gestão das escolas, os grupos empresariais vão se apossando mais da educação,
14. elaborando diretamente o currículo, transferindo os recursos públicos para empresas assu-
15. mirem parte das aulas, promovendo a privatização com uma formação aligeirada e de quali-
16. dade duvidosa.
- 17.
18. O NEM e a BNCC foram elaboradas por entidades ligadas aos grupos empresariais, como
19. Fundação Lemann, Fundação Itaú, Fundação Roberto Marinho etc., que através do Todos pela
20. Educação, estão determinando a política educacional brasileira conforme seus interesses.
- 21.
22. Os filhos dos ricos, esses sim, poderão ter acesso a todas as áreas do conhecimento e muito
23. mais. Para os filhos dos trabalhadores, restará o currículo empobrecido, a falsa promessa de
24. um futuro melhor, acentuando as desigualdades educacionais. É um crime contra a juventude
25. trabalhadora e a escola pública.
- 26.
- 27.
28. **Contra a militarização de escolas! Em defesa da Gestão Democrática!**
29. As escolas militarizadas não cumpriram as promessas que fizeram. Não melhoraram os índi-
30. ces do IDEB, não conseguem impedir brigas nas escolas. Aumentam o desrespeito aos docen-
31. tes, o racismo, a exclusão e até assédios sexuais. A maioria dos casos é causada pelos próprios
32. militares.
- 33.
34. A militarização estigmatiza as escolas públicas, fazendo-as parecer como antros de jovens cri-
35. minosos, “caso de polícia”; perseguem docentes que ousam desenvolver consciência crítica
36. dos estudantes, e fazem das escolas centros de reprodução das políticas militaristas, golpistas
37. e reacionárias dos grupos políticos-partidários por ora no poder.
- 38.
39. - Por uma Educação Crítica, Humanista, Livre de Mordaças, Opressões e Pré-conceitos, Laica,
40. Democrática, Inclusiva, a serviço e sob controle dos trabalhadores e do povo!
- 41.
42. - Fim da militarização de escolas e reversão das escolas militarizadas!
- 43.
44. Contratos temporários: expressão dos ataques à escola pública
- 45.
46. O número de contratações temporárias disparou: chegou-se a aproximadamente 11 mil pro-
47. fessoras em 2021. Em muitas escolas, supera o percentual de 80% das professoras e educa-
48. doras sociais: expressão da precarização das condições de trabalho do magistério. A estraté-



1. gia é pagar menos para o mesmo tipo de trabalho. Os objetivos são a destruição da educação
2. pública e o enfraquecimento da luta do magistério.
- 3.
4. A maioria dos temporários trabalha há anos, mas recebe apenas a hora aula, baseada no piso
5. salarial, uma remuneração distante do mesmo número de anos trabalhado no plano de car-
6. reira. Não têm direito ao atestado de acompanhamento por motivo de saúde. Muitas traba-
7. lham doentes, pois os atestados com mais de 15 dias levam à ruptura do contrato.
- 8.
9. A contratação via concurso combate a precarização e melhora o trabalho pedagógico, pois
10. professoras temporárias não têm lotação fixa, dificultando a sequência do trabalho pedagó-
11. gico. A troca constante fragiliza o processo ensino-aprendizagem.

12.  
13.

14. **Exigimos mais vagas nos concursos públicos. Chega de precarização! Contrata-**
15. **ção de professores efetivos, já!**

16.

### 17. **3 - Organização e estrutura sindical**

18.

19. As recentes eleições para a diretoria do sindicato demonstraram o refluxo, as derrotas das gre-
20. ves, o processo de burocratização, o distanciamento da direção da base. Isso se expressou no
21. mais baixo número de votantes da história: 8.349 votos no total, 4 mil votos a menos que na elei-
22. ção anterior (12 mil votantes aproximadamente). Ocorre um retrocesso. Milhares se desfiliam
23. do sindicato nos últimos anos, e é baixa a sindicalização dos contratos temporários.

24.

25. A diretoria conseguiu avançar na burocratização do sindicato, transformando as reuniões dos
26. delegados sindicais e assembleias regionais em órgãos apenas consultivos. Acabaram com a
27. participação da base na comissão de negociação da campanha salarial, impediram a base e a
28. oposição de falar em algumas assembleias, passaram a usar seguranças para controlar o acesso
29. ao som e controlaram ferreamente a lista de oradores.

30.

31. A direção do sindicato prima por um “sindicalismo” que não discute com a categoria a real
32. dimensão dos seus desafios, não eleva a consciência de classe nem a unidade da categoria ou
33. a mobilização necessária. As consequências disso são a degradação das nossas condições de
34. trabalho, greves derrotadas, divisão na categoria, ausência de organização nos locais de traba-
35. lho e o avanço da precarização do trabalho.

36.

37. O 12º CTE pode não servir para impulsionar nossa luta e se transformar em comício: nas
38. palestras só vemos a presença de uma “única” posição, sem o direito ao contraditório. Na
39. mesa de conjuntura, só a CUT terá a palavra. Não estarão presentes os representantes de
40. outras centrais sindicais que constroem a luta e têm militantes na categoria, como a CSP-Con-
41. lutas e a CTB.

42. Queremos um sindicato democrático, controlado pela categoria, com capacidade de nos unir
43. independente dos governos, que aposte na mobilização, com greves eficientes para conquistar
44. nossa pauta de reivindicações.

45.

46. A unidade é fundamental para nossa vitória. Ela será forjada com a mais ampla democracia
47. e participação, acabando com o autoritarismo e a manipulação. Esse caminho gera confiança,
48. pois a categoria sente que expressa suas opiniões e decide o que fazer. É contraditório esti-

1. mularmos a pedagogia crítica, incentivar os estudantes a democraticamente questionarem,
2. expressar opiniões, sugestões e não agirmos assim no sindicato. É contraditório denunciarmos
3. o autoritarismo dos governos e sermos autoritários no sindicato.
- 4.
5. Assim, propomos:
- 6.
7. - **Democratizar a lista de inscrição dos que falam na assembleia**, permitindo mais
8. participação de oradores que não são da diretoria. A assembleia é o organismo mais demo-
9. crático do sindicato e tem que permitir a expressão da base. A diretoria já tem pleno acesso
10. à palavra, dirige a mesa e deve ter um tempo especial para expressar sua opinião;
- 11.
12. - Debater o uso do **sorteio para definir as oradoras(es) na assembleia**. Atualmente,
13. quem faz a inscrição são membros da diretoria que seletivamente excluem os que são críti-
14. cos aos seus encaminhamentos;
- 15.
16. - **Suspender o uso de seguranças intimidadores que impedem o acesso ao carro**
17. **de som, à mesa da assembleia**. A diretoria, os delegados sindicais, têm plenas condições
18. de organizar democraticamente o acesso à mesa, conhecem a categoria, suas principais ativis-
19. tas, membros das diversas correntes sindicais que ajudam na luta e organização. Repudiamos
20. o cerceamento do debate nas assembleias gerais;
- 21.
22. - Retomar o critério de escolha da **Comissão de Negociação da campanha salarial,**
23. **formada paritariamente por cinco membros escolhidos pela diretoria e cinco**
24. **membros da base** eleitos em assembleia;
- 25.
26. - Fazer uma **campanha de sindicalização, inclusive entre os contratos temporários;**
- 27.
28. - **Democratizar o orçamento do sindicato**. Permitir que as delegadas sindicais decidam
29. como aplicá-lo;
- 30.
31. - **Eleger delegadas sindicais e representantes de turno nos locais de trabalho e**
32. **considerar as reuniões de delegadas sindicais deliberativas;**
- 33.
34. - **Fortalecer as assembleias e a organização regional dos delegados sindicais;**
- 35.
36. - Sugerir que **a maioria das oradoras em assembleias e reuniões sejam mulheres,**
37. **como expressão da ampla maioria feminina da categoria;**
- 38.
39. - **Comandos de greve com maioria da base;**
- 40.
41. - **Abrir o debate sobre o balanço da filiação do Sinpro-DF à CUT** e a qual central sin-
42. dical devemos nos filiar.
- 43.
44. **4 - Plano de Lutas**
- 45.
46. Na recente campanha salarial, nossa diferença com a diretoria foi que a diretoria apostou ape-
47. nas nas negociações! Convocou uma assembleia por mês, uma após a outra, sem construir
48. um plano de lutas que pressionasse Ibaneis a apresentar uma recomposição salarial decente.



1. A história demonstrou novamente que com negociação sem luta forte, não conquistamos
2. nossas reivindicações: saímos com uma proposta insuficiente, distante das nossas perdas, de
3. 50%. Também não conquistamos mais vagas nos concursos públicos e não foi garantido aos
4. aposentados o aumento do vale alimentação.
- 5.
6. Devemos combinar a luta por nossas reivindicações específicas com as lutas nacionais para
7. enfrentar os governos e o Congresso Nacional, que retiram nossos direitos e não atendem
8. nossas reivindicações. Para sermos vitoriosos, é necessário apoiar as lutas, as greves, capazes
9. de colocar a classe trabalhadora como protagonista.
- 10.
11. Devemos **exigir das direções das centrais sindicais, entre elas a CUT, a qual o**
12. **SINPRO-DF é filiado, a unificação das lutas, a construção de mobilizações nacio-**
13. **nais e a preparação de uma greve geral nacional.** Com um plano de lutas, é possível
14. exigir a aplicação de medidas que realmente atendam aos interesses do povo e rompam com
15. a lógica da exploração capitalista.
- 16.
17. Precisamos de um “Programa Emergencial dos Trabalhadores Para Saída da Crise”! A **redu-**
18. **ção e congelamento dos preços dos alimentos e combustíveis; aumento salarial,**
19. **revogação das reformas trabalhista e da previdência; a redução da jornada para**
20. **gerar empregos; em defesa dos serviços públicos e das empresas estatais; rees-**
21. **tatização das empresas privatizadas; estatização de 100% da Petrobrás; imposto**
22. **sobre grandes fortunas; contra a reforma administrativa; estabilidade no emprego**
23. **para todos os trabalhadores; apoiar a campanha pelo despejo zero, a luta contra**
24. **o marco temporal e as demandas dos povos indígenas. Fora Bolsonaro e Mourão**
25. **já! Fora Ibaneis, aliado de Bolsonaro!**
- 26.
27. Defendemos a convocação de uma **greve geral nacional por tempo indeterminado**
28. **caso Bolsonaro tente qualquer tipo de golpe de Estado!**
- 29.
30. Defendemos o conjunto da pauta de reivindicações da categoria. Destacamos a necessidade
31. de deter os ataques que tiram nossas conquistas.
- 32.
33. - **Reposição salarial**, isonomia com a média salarial das carreiras de nível superior do GDF;
34. Meta 17 do Plano Distrital de Educação – PDE; incorporação das gratificações; pagamento do
35. retroativo da última parcela do reajuste de 2015; equiparação do valor do auxílio-creche e do
36. vale-alimentação aos valores pagos aos servidores da CLDF; mais vagas nas creches para as
37. filhas(os) de professoras mães.
- 38.
39. - **Exigir mais vagas em concursos públicos**, a contratação efetiva imediata de mais servi-
40. doras do Magistério, **todas as conquistas sejam estendidas às professoras temporá-**
41. **rias, direito ao Atestado de Acompanhamento e que os contratos não sejam res-**
42. **cindidos por motivos de saúde!**
- 43.
44. - **Extensão de nossas conquistas aos aposentados:** paridade efetiva entre ativos e apo-
45. sentados. Pagamento das pecúnias e do valor do auxílio alimentação!
- 46.
47. - **Revogação da lei do teto de gastos e da LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal. Em
48. defesa de serviços públicos para o povo!

1. **Mulheres trabalhadoras em luta contra a violência, o machismo e o capitalismo!**

2.

3. O machismo, o racismo, a lgbtfobia são funcionais para o capitalismo. São usados para rebaixar  
4. salários, retirar direitos e economizar com o trabalho doméstico não remunerado. Servem  
5. também para dividir a classe trabalhadora, jogando um setor contra outro. Temos que unir  
6. nossa classe. O machismo deve ser combatido todos os dias. Temos que ganhar o conjunto da  
7. sociedade, inclusive os homens, no combate a toda forma de opressões.

8.

9. Defendemos a prestação de toda assistência jurídica para garantir o respeito aos direitos  
10. humanos e à diversidade. Combater o assédio às professoras, orientadoras, gestoras, estudan-  
11. tes e dedicar um trabalho específico de combate à violência de gênero nas escolas e outros  
12. órgãos da SEDF.

13.

14. **- Em defesa das Cotas! Abaixo o racismo!** A Lei de Cotas de 2012 prevê que o programa  
15. seja revisto no prazo de dez anos da publicação da norma. Corremos o risco da revisão da lei  
16. acabar com as cotas, aumentando o racismo e a desigualdade social. Está ameaçado o acesso  
17. ao ensino superior de estudantes pretos, pardos, indígenas, de pessoas com deficiência e dos  
18. que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Devemos fazer uma cam-  
19. panha em defesa das cotas. Defendemos uma campanha em defesa das cotas para negros e  
20. negras, de acordo com a proporção deles e delas segundo o Censo do IBGE nas Universida-  
21. des, no Mercado de Trabalho, nos Serviços Públicos e Mídias!

22.

23. Venha fazer parte da Reviravolta na Educação! Um grupo de profissionais do magistério que  
24. contribui para organizar a categoria para a luta. Queremos mudar a forma de agir do sindicato,  
25. somos oposição à diretoria do Sinpro. Entre em contato: WhatsApp (61) 98487-0896 | Face-  
26. book: @ReviravoltaDF | Instagram: @reviravoltanaeducacaodf

27.

28.

29. **Proponente: Professor Guillen**

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.



## **Tese 3**

# **Barrar o golpe e derrotar o fascismo**

1. **Barrar o golpe e derrotar o fascismo**

2.

3. **Conjuntura internacional**

4.

5. De acordo com a Oxfam, os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres ainda mais pobres. O relatório “Lucrando com a dor”, divulgado em maio deste ano, mostra que 573 novos bilionários surgiram desde o início da pandemia, 40 deles vindos da indústria farmacêutica.

8.

9. Enquanto essa oligarquia leva uma vida luxuosa, 99% da população mundial perde renda, vive em situações desumanas de fome, miséria, dor e falta de habitação. Em 2022, segundo a mesma pesquisa, 263 milhões de pessoas estão em situação de pobreza crônica.

12.

13. Esses números revelam que a burguesia é a maior inimiga da Humanidade e mantém seu domínio à custa da vida de milhões de pessoas. Mas o capitalismo não é eterno. Os trabalhadores, os povos explorados e a juventude podem e devem acabar com essa farra dos super-ricos e construir uma nova sociedade, o socialismo.

17.

18.

19. **Conjuntura nacional**

20.

21. **O Fora Bolsonaro é uma luta das professoras e dos professores**

22.

23. O Brasil ostenta hoje o assustador número de 15 milhões de desempregados. Isso representa aproximadamente 25% da força de trabalho do país. Além disso, 6 em cada 10 famílias vivem em insegurança alimentar e 33 milhões de brasileiros passam fome.

26.

27. A ciência e a educação nunca foram, de fato, valorizadas. Os professores e as professoras do Distrito Federal, que há anos sofrem com as más gestões, têm sofrido uma piora significativa nas condições de trabalho. Nos últimos anos, vários direitos foram retirados e várias reformas antidemocráticas foram aprovadas. A falta de concurso público, os baixos salários e o sucateamento da profissão levam os professores cada vez mais a uma situação degradante de trabalho. Durante a pandemia, como se não fosse o suficiente, a vacinação tardia impediu a volta às aulas com segurança e deixou milhões de alunos fora das escolas, além de muitos trabalhadores com risco de contágio.

35. Tudo isso é resultado de uma política que nunca foi feita pensando nas trabalhadoras e trabalhadores, e a prova disso é o aumento dos lucros dos bancos e o enriquecimento de membros e familiares do governo. Enquanto o povo passa fome, Bolsonaro faz churrasco com picanha de mais de 1.500 reais. Enquanto milhões são despejados por não conseguir pagar o aluguel, os filhos do presidente compram mansões de milhões de reais.

40.

41.

42. **Conjuntura distrital**

43.

44. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), é um aliado do presidente Jair Bolsonaro. Sendo assim, faz a população amargar com várias ações de despejo de ocupações por falta de moradia, além de seu governo ser marcado por desvios de recursos da saúde, por ineficiência no processo de vacinação, pela privatização de empresas públicas e pelo empobrecimento em massa dos brasilienses.



- 1.
2. Durante a pandemia da Covid-19, além de não investir em suporte ao corpo discente e
3. docente para que as aulas ocorressem com recursos tecnológicos necessários, causando não
4. apenas a perda da qualidade de ensino, mas também a evasão escolar nas aulas online, o gover-
5. nador e seus apoiadores travaram guerra com os trabalhadores da educação na tentativa de
6. culpabilizá-los pela crise na educação do DF.

- 7.
8. No retorno presencial das aulas para o ano letivo de 2022, se constatou superlotação de salas
9. de aulas, a não construção de novas unidades escolares, pouquíssimas ampliações físicas das
10. escolas existentes, a não realização de concurso público para ingresso de novos profissio-
11. nais da educação, o atropelo da democracia pela imposição do projeto de “Gestão Comparti-
12. lhada” que, na prática, significa a militarização das escolas.

- 13.
14. Os profissionais da educação pública do DF, neste governo, além de terem que lutar contra
15. a implementação projetos como homeschooling, “voucherização” do ensino e militarização
16. das escolas, lutam por pautas financeiras e sociais, entre elas, lutam pela recomposição salarial,
17. visto que já se vão 7 anos sem reajuste, e as perdas do poder de compra estão na ordem de
18. 49%, se considerada a inflação pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

- 19.
- 20.

## 21. **Organização e estrutura sindical**

- 22.

### 23. **A saída é pela esquerda**

- 24.

25. O fascismo, hoje representado pelo bolsonarismo, ameaça as organizações sindicais. Por isso,
26. nós do MLC reafirmamos a necessidade de retomar o trabalho de base entre os profissionais
27. da educação, elegendo em cada escola representantes sindicais, incentivando a criação de grê-
28. mios estudantis e participando das lutas das comunidades onde nossas escolas estão. Preci-
29. samos entender que nossas lutas vão além das questões pedagógicas e salariais. Defendemos
30. a unidade de todas as categorias profissionais enquanto classe trabalhadora, pela defesa das
31. estatais, pela revogação das reformas trabalhistas, previdenciária e da terceirização.

- 32.

- 33.

### 34. **Plano de Lutas**

- 35.

36. • Fora Bolsonaro e os generais;
37. • Por um sindicalismo classista;
38. • Fortalecimento de laços com os movimentos sociais;
39. • Pela mais ampla frente de esquerda na direção do Sinpro-DF, ampliando a democracia interna
40. da entidade;
41. • Por mais investimento financeiro e garantia da educação pública de qualidade;
42. • Não à militarização das escolas.

- 43.

- 44.

### 45. **Proponente: Professor Guilherme - Movimento Luta de Classes**

- 46.

- 47.

- 48.





## **Tese 4**

# **Grupo de aposentadas(os)**

## 1. **Conjuntura internacional**

2.  
3. Para se recompor da sua permanente crise, o capitalismo cria um programa: o neoliberalismo, onde o mercado é o centro regulador de todas as relações, diminuindo o papel social do Estado, justificando as privatizações e aumentando a concentração de renda de forma globalizada.

7.  
8. As projeções para a economia global são pessimistas, especialmente pela guerra na Ucrânia e os efeitos da pandemia. A inflação tem levado ao aperto da política monetária, sendo que os países mais ricos buscam se recuperar e os mais pobres levam suas populações a grandes dificuldades.

11.

12.

## 13. **Conjuntura nacional**

14.

15. Aprofundando o programa neoliberal no Brasil, o imperialismo estadunidense, em conivência com a burguesia nacional, promoveu o golpe de 2016. O resultado é a eleição de uma política fascista de Bolsonaro, pautada pelas reformas trabalhista, sindical, previdenciária, PEC 95 etc.; aceleração das privatizações; cortes orçamentários na saúde e educação.

19.

20. A pandemia evidenciou a falta de esforços para qualificar o SUS e o boicote às medidas sanitárias e científicas, resultando num verdadeiro genocídio.

22.

23. Adjacente a isso, assistimos aos extermínios dos povos indígenas, dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos negros, por vezes executados pelas milícias fortalecidas pela negligência ou apoio do Estado.

26.

27. A inflação alta, coligada à fome, insegurança alimentar e desemprego, corrói o poder aquisitivo dos trabalhadores.

29.

30. Por um lado, vemos o aumento da corrupção, com participação de agentes privados. Por outro, garantem-se privilégios para o capital mediante benefícios tributários e não taxaço de grandes fortunas.

33.

34.

## 35. **Conjuntura distrital**

36.

37. No DF, Ibaneis é partidário do bolsonarismo. Ao sucatear os serviços públicos, incentiva as privatizações e a terceirização da saúde. A gestão distrital é marcada por escândalos na saúde, beneficiando empresas com contratos e pagamentos irregulares; auxílios milionários para empresas de ônibus; doações irregulares de materiais hospitalares; ineficácia da assistência social; patrocínios imorais do BRB etc.

42.

43. Na educação, a insuficiência de concursos públicos junta-se à contratação desmedida de profissionais em regime temporário; ao aumento da evasão escolar; ao desrespeito à liberdade de cátedra; à alternância das chefias da SEDF; à militarização das escolas em nome de suposta segurança.

46.

47. Ibaneis, ao promover a reforma local da Previdência, prejudicou servidores públicos, especialmente aposentados(as).

48.



1. O Executivo local também não age para frear o aumento do desemprego, pobreza, insegurança alimentar e fome.

3.

4.

## 5. **Organização e estrutura sindical**

6.

7. Nós, aposentados(as), continuamos vinculados(as) – cívica, moral e politicamente – à luta pela defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada. Porque somos frutos da escola pública e fomos semeadores durante o tempo em que atuamos.

10.

11. Deliberadamente, nas esferas federal e distrital, sindicatos são atacados visando à naturalização da precariedade dos empregos, aprofundamento das reformas previdenciária e trabalhista e a disseminação do empreendedorismo. Por isso, nossa entidade sindical, independente de governos e gestões, deve ser fortalecida pela participação organizada e atenta. Consideramos importante a democracia na entidade, a valorização do potencial histórico e político dos(as) aposentados(as), o respeito às divergências, a formação de novas lideranças, o revezamento na diretoria, facilitando uma frente de esquerda na organização da categoria.

18.

19. A principal demanda dos(as) aposentados(as) é a igualdade salarial com ativos(as). Vivemos um momento em que as despesas aumentam e o salário é reduzido. No chão da escola, fizemos greves, passeatas, ocupações e enfrentamentos aos governos, na luta por salário digno, reposição de perdas, condições de trabalho, gestão democrática, formação cidadã. O resultado da luta beneficia a nós e aos atuais profissionais. Acreditamos que a força das novas gerações, aliada a nossa experiência, nos faz avançar.

25.

26.

## 27. **Plano de Lutas**

28.

29. • Fora Bolsonaro e aliados;

30. • Fora Otan, EUA e Rússia da Ucrânia;

31. • Defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada;

32. • Mais investimentos e defesa do SUS;

33. • Revogação da PEC 95 e das reformas previdenciária, trabalhista, sindical;

34. • Não à PEC 32 e ao marco temporal das terras indígenas;

35. • Equiparação salarial entre ativos(as) e aposentados(as);

36. • Reformulação do PC, com recebimento integral das gratificações e incorporação retroativa de ganhos, considerados em um tempo a discutir;

38. • Formação de repositório com dados de formação e experiência profissional dos(as) aposentados(as), visando à colaboração organizativa da categoria;

40. • Equiparação da mensalidade dos dependentes dos(as) aposentados(as) do Plano de Saúde com dependentes dos servidores da ativa;

42. • Promoção de seminários, encontros, GTs sobre aposentadoria, envelhecimento, educação permanente, pautas de luta etc.;

44. • Organização de atividades e ações que integrem profissionais da ativa e aposentados(as).

45.

46. Proponentes:

47. Adenilce Araújo

48. Antônio Neto

1. Dalvirene Braga
2. Doralice Souza
3. Edna Barroso
4. Francisco Malta
5. Jairo Jr.
6. Janilce Rodrigues
7. José Sóter
8. Leila D'Arc Souza
9. Lúcia Santis
10. Lucilene Costa
11. Raimunda Chagas
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.



## Tese 5

# **Organização e estrutura sindical: sobre os congressos, seminários e conferências da categoria**

1. **Organização e estrutura sindical: sobre os congressos, seminários e conferências da categoria**

2.  
3.  
4. Na última plenária de aposentadas(os), várias pessoas pediram que o 12º Congresso de Trabalhadores em Educação – CTE tivesse mais espaço de discussão da base e menos palestras.  
5. Olhem como está a programação do 12º CTE: SÓ PALESTRAS!

6.  
7.  
8. Só está previsto 30 minutos para apresentação de todas as teses e nenhum espaço pra discutir-las. Os grupos que ocorreram anteriormente ao 12º CTE foram convocados em cima da hora, tiveram baixíssima participação e não puderam discutir as propostas e análises das teses.

9.  
10.  
11.  
12. E assim, sem discussão alguma das teses e de suas propostas e análises, votaremos ao final do congresso um plano de lutas. Como pautaremos nossas posições sobre o plano de lutas sem discussão? Ao final de três dias de palestras de ilustres oradores e lideranças, nós, delegadas(os) exaustos(as) de ficar sentados por horas a fio, com a coluna ardendo, pernas inchadas e cabeça esgotada de ouvir, ouvir, sem podermos nos expressar e interagir, votaremos como conduzir nossa luta no próximo período, sem ouvir os diversos segmentos da base e suas diversas análises e propostas.

13.  
14.  
15.  
16.  
17.  
18.  
19.  
20. Temos uma tese de aposentados(as) e várias outras de diferentes grupos da categoria. E em que momento poderemos discutir essas elaborações? Vamos passar 3 dias tendo aulas? Até nos cursos há mais espaço para a base do que neste congresso.

21.  
22.  
23.  
24. Seria fundamental esse espaço de discussão para pensarmos formas de ampliação da participação da base na condução de nossas lutas e de ampliação da democracia sindical para produzirmos uma elaboração coletiva que reflita a diversidade de visões, experiências e propostas existentes da categoria.

25.  
26.  
27.  
28.  
29. Este formato “palestração” está dentro de uma concepção de educação bancária, autoritária, defendida pela direita ultraconservadora que estamos combatendo.

30.  
31.  
32. Longas exposições de estrelas ilustres e um tempinho no final para centenas de delegadas(os) disputarem 3 ou 4 falas de 3 minutos é desrespeitoso com as(os) lutadoras(es) do chão da escola, das greves e das lutas, que conhecem e enfrentam o autoritarismo de Bolsonaro, Ibaneis, a militarização, as agruras da alta da inflação, do congelamento salarial e as dificuldades da crise sanitária e as consequências do protofascismo na educação básica.

33.  
34.  
35.  
36.  
37.  
38. Muito se fala de Paulo Freire, educação crítica e gestão democrática, e com certeza vários dos(as) palestrantes das mesas farão referência a essas importantes concepções para a construção de uma consciência crítica. Mas a teoria sem prática é vazia de significação e não muda a realidade.

39.  
40.  
41.  
42.  
43. Nas escolas, lutamos contra essa concepção hierarquizada de debate político que é antipedagógico, porque a aprendizagem não está nas respostas, mas nas perguntas e nas inúmeras reflexões que elas geram. A aprendizagem, a formação, o avanço da consciência se constrói na elaboração coletiva com uma mediação democrática que facilite a participação, e não a tolha. A diversidade de expressões e posicionamentos nos leva a um raciocínio mais complexo sobre o todo, a parte e suas mediações.



1. Poderíamos ter painéis onde professores(as) em luta contra a militarização de suas escolas
2. nos contassem suas diferentes experiências, onde a galera que desenvolve projetos de educa-
3. ção crítica nos brindassem com o compartilhamento destas experiências, onde os(as) delega-
4. dos(as) falassem das dificuldades e as soluções que constroem todos os dias nas escolas para
5. fortalecer as lutas.
- 6.
7. Não podemos sair deste congresso desperdiçando a oportunidade de ouvir a base.
- 8.
9. Nesse sentido proponho:
- 10.
11. - PRA ESTE CONGRESSO - Criação de um espaço de discussão das teses com redução de
12. 50% das palestras previstas e redução de 50% do tempo de cada palestra;
- 13.
14. - PARA OS PRÓXIMOS CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS - Que nos pró-
15. ximos seja criada uma comissão organizadora com pessoas da direção e representantes da
16. base eleitos em assembleia geral;
- 17.
18. - Que a organização de todos os eventos como seminários, conferências e congressos prio-
19. rize as expressões dos processos vivenciados pela categoria nas escolas e nos estudos, pesqui-
20. sas e projetos realizados pela categoria. Que as palestras de especialistas, personalidades aca-
21. dêmicas, políticas e lideranças populares de fora da categoria sejam bem-vidas, mas que não
22. ocupem mais que 30% do espaço das mesas de discussões dos eventos;
- 23.
24. - Que em congressos, seminários e conferências seja priorizada a organização dos grupos de
25. discussão para possibilitar o aprofundamento das discussões.
- 26.
- 27.

28. **Proponente: Professora Leila Darc**

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.





## **Tese 6**

# **Conjunturas**

1. **Conjunturas**

2.

3. **Mundo**

4. O mundo atravessa uma crise multidimensional. A pandemia e a crise ambiental revelaram a profunda crise do sistema capitalista. Mas ao mesmo tempo em que houve aumento da precariedade do trabalho e desemprego, os bilionários enriqueceram em meio a uma situação de extrema pauperização da população.

7.

8.  
9. A direita tem se dividido em dois polos: um com viés extremista e autoritário, outro liberal. Simultaneamente, vivemos também uma crise geral de direção do movimento de massas e do programa comunista, o que dificulta a organização da classe trabalhadora e do conjunto dos movimentos sociais para construir uma saída para a crise. Nessa falta de alternativas, vemos surgir a possibilidade do fortalecimento de velhas e novas saídas oportunistas, como expressões distorcidas de resistência e luta.

15.

16.

17. **Guerra**

18. A invasão russa sobre o solo ucraniano é um conflito imperialista. Por um lado, a Otan e os EUA buscam fortalecer seu poder militar na Europa, e por outro, Putin visa anexar territórios e reestabelecer um regime de fantoches da Rússia, como em 2014.

21.

22. Hoje, já são cerca de 5 milhões de refugiados em função do conflito e ameaças de uma disputa com ação nuclear ainda não está descartada.

24.

25. A guerra também agrava a crise econômica, com previsões de crises de abastecimento alimentar.

26.

27. Queremos o fim da invasão russa à Ucrânia e defendemos a autodeterminação do povo ucraniano, contra a extrema direita e nenhum apoio ou confiança a Zelensky.

29.

30. Fora Rússia e Otan da Ucrânia!

31.

32.

33. **Brasil**

34. O país vive um aumento da polarização política e de aprofundamento da crise econômica. O governo de Jair Bolsonaro possui ímpetus golpistas e um setor da extrema direita com algum peso de massa, ao passo que se começa a abrir a possibilidade de vitória de seu principal concorrente, Lula (PT), logo no 1º turno.

38.

39. O cenário é desolador: desemprego em 11%, aumento da informalização do trabalho, decomposição de renda, crescimento da inflação – chegando a absurdos 40% nos alimentos –, desindustrialização. Trinta e três milhões de brasileiros passam fome e grande parte da população vive em insegurança alimentar. Negros são cerca de 2/3 da população desempregada do país, como um reflexo histórico das estruturas desiguais que constituem o Brasil.

44.

45. A execução de Bruno e Dom em plena Amazônia coloca o governo Bolsonaro em uma crise diplomática sem precedentes, como desnudam as relações desse governo com o garimpo, desmatamento, seu projeto de exploração desmedida da natureza e desrespeito aos povos indígenas.



1. Em junho de 2013, uma fratura se impôs no regime burguês brasileiro. Nesse processo, parcelas da burguesia rompem com o PT por sua incapacidade de administrar o descontentamento popular e visando tanto acelerar como intensificar a implementação de medidas de ajustes fiscais e retiradas de direitos contra a classe trabalhadora. Paralelo a isso, o movimento sindical e popular não conseguiu se organizar para fazer frente ao golpe de 2016, dado o avançado processo de atrelamento ao governo federal. Nesse contexto, achamos importante fazer a defesa do movimento sindical independente de governos e partidos.

2.  
3.  
4.  
5.  
6.  
7.  
8.  
9. Após a vitória de Bolsonaro, sua incapacidade e política de governo levaram parcelas da burguesia a romperem com seu governo e se localizarem em outro campo. Além disso, desde o #EleNão, Bolsonaro enfrenta ampla resistência da população, como pudemos ver em 2019, com o Tsunami da educação, em 2020, com os levantes antifascistas e antirracistas, e ao longo de 2021, com os atos pelo #ForaBolsonaro, que demonstraram disposição da população em enfrentar os ímpetus golpistas do então governo, lutar contra um fechamento de regime, como construir uma alternativa política para o Brasil.

10.  
11.  
12.  
13.  
14.  
15.  
16.  
17. A questão de uma tentativa de golpe que se coloca no Brasil é mais de quando do que de se, e se coloca mais à medida que Bolsonaro se afunda em seu governo e nas pesquisas eleitorais.

18.  
19.  
20. Nesse sentido, nós da TLS/MES acreditamos que é momento de realizar uma ampla mobilização, massiva, inclusive com caráter de autodefesa da classe trabalhadora, elencando como uma tarefa prioritária a derrota de Bolsonaro em outubro, mas sem vender ilusões. O que se consagrará como um futuro governo Lula-Alckmin vem em um Brasil destroçado, em crise, com mais peso do setor empresarial e da burguesia, do que nos primeiros governos petistas. Nossa confiança deve repousar unicamente na força de mobilizações e lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

21.  
22.  
23.  
24.  
25.  
26.  
27.

28.

29. **DF**

30. Ibaneis fez um mandato dos ricos contra os pobres, defendendo reintegrações de posse em plena pandemia, ao passo que para a educação não concedeu reajustes ou recomposição salarial, como também tentou implementar a militarização a toque de caixa em diversas escolas e com um método autoritário, desrespeitando a legislação sobre Gestão Democrática, que rege as escolas do DF. Derrotar o projeto das elites do DF esse ano também se coloca como uma tarefa deste Congresso.

31.  
32.  
33.  
34.  
35.

36.

37. **Defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada**

38. O governo Ibaneis, seguindo os passos do bolsonarismo, implantou escolas militarizadas no Distrito Federal. O processo iniciado em 2019 já soma 17 escolas em todo DF. O projeto de militarização deve ser derrotado, uma vez que aumenta conflitos dentro da escola, por ser autoritário e excludente, reforçar o racismo estrutural, ferir os direitos e desrespeitar a comunidade LGBTQIA+ dentro das escolas.

39.  
40.  
41.  
42.

43. Em 2022, o novo ensino médio foi iniciado no DF. O projeto da reforma foi aprovado pelo governo Temer e teve de ser instituído em todos os estados. Os estudantes tiveram as grades curriculares reduzidas com a retirada de matérias como História, Geografia, Sociologia e Filosofia, o que afeta o desempenho no Enem, aumentando a desvantagem dos estudantes de escolas públicas. Em outras palavras, os estudantes de escolas particulares terão mais condições de ingressar na universidade pública.

1. Vemos o avanço do neoliberalismo na educação com o fortalecimento de visões pedagógicas tradicionais, separando o estudante da realidade social, sem levar em consideração o contexto socioeconômico, com o objetivo de formar mão de obra para o mercado e não a formação integral de cidadãos.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
6. A ideologia neoliberal também impede que se pense sobre um ambiente progressista e uma sociedade libertária, reproduzindo preconceitos contra as minorias e que reforçam uma lógica machista, LGBTQIA+fóbica e racista. Por isso, é necessário o fomento de uma prática que dê centralidade às lutas das mulheres, LGBTQIA+ e pretos. Sendo assim, é de suma importância que a luta a favor das cotas raciais e sociais seja impulsionada pelo Sinpro, uma vez que a inclusão de pessoas historicamente marginalizadas só é possível a partir de um ensino superior inclusivo, diverso, gratuito e de qualidade.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
14. Nas últimas semanas, muito se falou a respeito do projeto de lei proposto por deputados neoliberais que foca em instituir cobrança de mensalidades e taxas no ensino superior público, negando às classes mais baixas o direito à educação superior.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.

### 19. **Organização e estrutura sindical**

20. O Sinpro-DF tem tido dificuldade em mobilizar a categoria e apontar um caminho das lutas.
21. Exemplo disso foi a campanha salarial de 2022, onde as assembleias se esvaziaram conforme notou-se a falta de empenho da direção em fazer o enfrentamento ao governo. Isso se deve às estruturas burocratizadas do sindicato. As instâncias não são democráticas e dificultam a participação da base. Diante disso, é necessário mudar a forma de atuação nas instâncias, como:
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
26. a. Reuniões de delegados sindicais periódicas deliberativas;
27. b. Assembleias regionais deliberativas;
28. c. Núcleos de base nas cidades;
29. d. Assembleia geral com maior participação da base;
30. e. Igualdade de condições entre as chapas nas eleições do Sinpro;
- 31.
- 32.

### 33. **Plano de Lutas**

34. Tudo que foi debatido demonstra a magnitude da tarefa de derrotar o projeto neofascista de Bolsonaro e Ibaneis. É preciso resgatar métodos históricos de luta da classe trabalhadora e pressionar o GDF e o governo federal com greves, passeatas e fechamento de vias.
- 35.
- 36.
- 37.
38. A campanha salarial deve ser colocada novamente em movimento. São sete anos de congelamento salarial, que nos leva a uma perda inflacionária de mais de 50% do poder de compra. A categoria passa dificuldades financeiras, graças à política econômica neoliberal de Paulo Guedes, e o aumento constante no preço do combustível e dos alimentos tem causado o endividamento da classe. Tal realidade nos impõe a necessidade de aumentarmos a pressão pela recomposição e isonomia salarial em relação às outras carreiras do GDF.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
45. Mais do que nunca, há a urgência de travar a luta e combater o protejo protofascista de Bolsonaro e de Ibaneis. Fora Bolsonaro e Ibaneis!
- 46.
- 47.

### 48. **Proponente: Professora Ayla**



## Tese 7

# **Organização e estrutura sindical: resgatar para avançar!**

## 1. **Organização e estrutura sindical: resgatar para avançar!**

2.  
3. Contribuição a um Resgate Necessário da História da Organização dos Professores no DF:  
4. uma contribuição à história da Formação Sindical do Sinpro-DF.

5.  
6. Este texto inicial quer contribuir com um processo maior e coletivo de resgatar parte de  
7. nossa história enquanto categoria dos professores do Distrito Federal.

8.  
9. Neste ano de 2022, além dos 62 anos da capital, Brasília, além de outras cidades como Tagua-  
10. tanga (um ano antes) e Gama, também vamos comemorar os 62 anos da criação da primeira  
11. Associação Profissional dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APPEMB), criada em 15  
12. de outubro de 1960, com professores e professoras das escolas públicas e particulares.

13.  
14. Em 1961, essa associação ampliou sua representação para os professores primários, se trans-  
15. formando em Associação Profissional dos Professores Secundário e Primários de Brasília  
16. (APPESPB), cujo primeiro presidente foi Eldonor de Almeida Pimentel, que se encontra vivo e  
17. muito lúcido, hoje com 85 anos de idade. Ainda compôs a diretoria, na gestão provisória anter-  
18. ior e depois, a professora Renée Simas, também viva e muito lúcida, com cerca de 85 anos.

19.  
20. No ano de 2021, o Sinpro-DF fez uma homenagem póstuma ao professor Olímpio Gonçalves,  
21. presidente da Associação dos Professores do Distrito Federal, a partir de 15 de dezembro de  
22. 1975. A APDF foi a precursora, da qual o Sinpro-DF foi herdeiro.

23.  
24. Os três professores têm em comum, além do fato de serem valorosos lutadores históricos  
25. e atuarem na associação, o fato de terem sido demitidos da função de professores enquanto  
26. atuavam na associação/sindicato em nome da categoria, no DF.

27.  
28. Gostaríamos de colaborar com um processo de resgate da história do Sinpro-DF, compre-  
29. endendo que seus processos anteriores são heranças. Um desses exemplos, foi quando da dis-  
30. cussão e votação do estatuto da associação, no capítulo VII, incorporou a participação dos  
31. orientadores educacionais. Nas primeiras demissões (dispensa por não renovação de con-  
32. trato, mesmo após terem sido aprovadas em concurso nacional), entre as oito professoras  
33. demitidas, estavam uma psicóloga (Mariana Alvim) e uma orientadora educacional (Eugênia  
34. Gontijo). Elas estavam no processo de mobilização e construção da organização dos profes-  
35. sores por melhores condições de vida e de trabalho. Estes foram os motivos reais da dispensa,  
36. no início de fevereiro de 1961.

37.  
38. Um episódio marcante foi a greve de maio de 1962, com a invasão e a ocupação das moradias  
39. para os professores pioneiros.

40.  
41. Outra conquista importante, para não se repetir a ação de dispensa por interrupção de con-  
42. tinuidade de contrato de trabalho (“demissão”), foi a greve de março de 1963, em que partici-  
43. param todos os servidores da prefeitura de Brasília e os da Novacap, conquistando a chamada  
44. municipalização, que garantia aos servidores vínculo funcionais assegurados. Esta foi uma con-  
45. quista que herdamos dessas lutas com mais de 8 mil servidores, em assembleia. Essa conquista  
46. foi assegurada na Lei 4.242, de 17 de julho de 1963.

47.  
48. Tais mobilizações e a atuação da associação de professores foram um dos aspectos que



1. motivaram alguns conservadores a acusar de comunistas a associação e seus dirigentes. Isso
2. foi oficializado por uma CPI das Irregularidades de Ensino de Brasília. O relatório dessa CPI,
3. que finalizou os trabalhos em 5 fevereiro de 1964, colaborou de forma determinante para
4. a demissão dos 14 professores, entre eles os principais dirigentes da Associação Profissio-
5. nal dos Professores do Ensino Secundário e Primário de Brasília, na primeira semana após
6. o golpe econômico-militar de 1964.
- 7.
8. O processo de CPI foi usado para combater a forte presença e atuação dos professores orga-
9. nizados em associação, que pleiteavam o reconhecimento e a transformação em sindicato. A
10. associação teve uma forte atuação no campo político pedagógico, ao longo destes pouco mais
11. de três anos de existência.
- 12.
13. Com esses comentários iniciais, gostaríamos de chamar a atenção para a importância de
14. reconstruir a história de lutas, vitórias, derrotas, conquistas e aprendizados de nossa catego-
15. ria, como um capítulo especial ao longo da história da Educação do DF. A memória e a história
16. são argamassas na construção do futuro. Afinal, quem sabe mais, luta melhor!
- 17.
18. É necessário aumentar o processo de pesquisa e publicação sobre nossa história. As gerações
19. anteriores e as novas gerações têm muito que aprender e ensinar sobre a nossa história, nossos
20. valores, a coletividade e a solidariedade de classe. Temos nossa história de lutas e aprendizado
21. para além do Sinpro-DF, no Sinproep/DF, na CNTE, na CUT, na IE, na APB, na(s) CGT(s), na COB
22. e em muitas outras entidades de organização e atuação dos trabalhadores e das trabalhadoras.
- 23.
24. Nos últimos anos, temos observado que as agendas do Sinpro-DF, distribuídas para associa-
25. dos e associadas, apresentam um hiato histórico entre os anos de 1980 a 1999. Entre esses
26. quase vinte anos, o Sinpro-DF tem muitas histórias a contar. Não só nos itens que compõem
27. as nossas conquistas, mas em todas as lutas que acumulamos aprendizados, mesmo em algu-
28. mas derrotas, que fizeram parte da luta. Foram experiências políticas, pedagógicas, organiza-
29. tivas, sociais, desenvolvendo valores e experiências. A luta nos fortalece. A falta de luta nos
30. enfraquece.
- 31.
32. Nesse processo necessário de resgate histórico, em que o Centro de Documentação do
33. Sinpro-DF é recheado de memórias, gostaríamos de apresentar uma contribuição num aspecto
34. bem específico, que fará parte de um trabalho muito maior de resgate. Apresentaremos uma
35. síntese do processo de formação sindical do Sinpro-DF.
- 36.
37. O período da formação sindical política, a partir das gestões dos mandatos de diretorias no
38. Sinpro-DF:
- 39.
40. 1) Constituição oficial do Sinpro-DF, em 14 de março de 1979, e a intervenção federal do
41. governo militar veio em maio, em função de uma greve. Demissão de três lideranças.
- 42.
43. 2) Em 1980, com uma nova gestão eleita, que no período iniciou alguns trabalhos de formação
44. a partir de palestras e/ou debates com professores externos visitantes. A mesma linha polí-
45. tica ficou na direção do sindicato até 1986. Neste período, o Sinpro-DF não estava filiado a
46. nenhuma central sindical.
- 47.
48. 3) Em 1986, foi eleita uma direção cutista, que conduziu uma discussão de filiação à CUT, em

1. 1987. Iniciou-se o processo de construção cutista, de formação das lideranças sindicais dentro
2. e fora da categoria, ligadas aos seus agrupamentos políticos, gestão 1986 a 1989.
- 3.
4. 4) Na gestão 1989 a 1992, escreveu-se os dois primeiros cadernos de formação (Conhecer
5. a História Para Transformar a Sociedade e Sindicato, Direção Colegiada e suas Instâncias de
6. Base) e foram realizadas algumas discussões em escolas.
- 7.
8. 5) Na gestão 1992 a 1995, inicia-se o processo de formação coletiva, de cursos em turmas:
9. a) para os diretores do Sinpro-DF; b) para as lideranças de base; c) os cursos, com Instituto
10. Cajamar (SP) e a Escola 7 de Outubro (BH); d) cursos com as escolas de formação (Centro
11. de Estudos Sindicais e o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio); e) Em 1995, acontece uma
12. reunião em Goiânia, a convite da CNTE, com representantes de 6 sindicatos da região Cen-
13. tro-Oeste, dando início às discussões para o que viria a ser a ECOCUT, com o apoio da Lärar-
14. förbundet (Sindicato Nacional de Professores da Suécia).
- 15.
16. 6) A gestão 1995 a 1998 continua os cursos de formação.
17. • Em 1996, encerra-se uma greve, extremamente dividida entre a base e a diretoria,
18. sobre as formas de fazer a luta sindical e as discussões pedagógicas com o governo
19. Cristovam e o Sinpro-DF. (Iniciando a discussão e implementação da Escola Can-
20. danga, em Brazlândia-DF, e a expansão para outras cidades do DF, em 1997);
- 21.
22. • 9 (nove) diretores são devolvidos à base (expulsos da diretoria), numa assem-
23. bleia (7 de abril de 1997), após um processo de disputa de posições na diretoria
24. que envolveu a forma de condução da greve de 1996, durante o governo Cristovam;
- 25.
26. • Com a vacância, abriu-se um processo de eleições para o Conselho Político de
27. Delegados Sindicais, para o preenchimento das 9 vagas, na diretoria do Sinpro-DF;
- 28.
29. • O Conselho Político de Delegados Sindicais (dispositivo do Estatuto de sindicato
30. na época), foi usado apenas para o fim de suprir as 9 vagas dos diretores destituídos.
31. (A força política, a Articulação Sindical, embora dividida, sob o comando de Marcos
32. Pato, se consolidava enquanto maioria na diretoria. Alguns dos 9 diretores devolvi-
33. dos à base eram da própria Articulação. O conselho político em si nunca foi imple-
34. mentado);
- 35.
36. • Em 1997, tenta-se construir um movimento unificado de todas as categorias de
37. servidores públicos do GDF e com suas reivindicações. A maioria dos sindicatos,
38. cutistas, para pressionar o governo Cristovam. Muitas disputas na CUT. O movi-
39. mento unificado aconteceu com algumas categorias, mas não ganhou consistência.
- 40.
41. 7) Em 1998, aconteceu uma disputa eleitoral para a diretoria do Sinpro-DF, sem atingir o
42. quórum, no primeiro escrutínio. Essa disputa se estendeu dentro de uma greve de 69 dias, der-
43. rotada em muitos aspectos. Na greve, a militância fica dividida. Os piquetes se organizam por
44. afinidade de chapas. Não houve conquistas financeiras, pedagógicas ou administrativas. Para
45. muitos, nesse momento, o governo e a base da categoria desfazem os vínculos de confiança
46. construídas nas eleições de 1994. As discussões pedagógicas e administrativas estão em meio
47. a todo esse processo, principalmente com a Escola Candanga;
- 48.



1. 8) A gestão 1998 a 2001, trouxe uma diretoria hegemônica pelo grupo do Marcos Pato.
2. Houve participação em reuniões em Goiânia sobre as discussões de constituição da ECO-
3. CUT. Realizou-se uma greve no ano de 2000 como o lema: Os Professores Chegaram No
4. Limite, que expôs muitas tensões e desgastes na categoria, com a diretoria do sindicato, que
5. se estendiam à diretoria da Associação dos Servidores da Fundação Educacional do DF, ASEFE.
- 6.
7. 9) Há um desgaste da entidade e toda a categoria em 2001. Vivenciou-se um processo de ten-
8. tativa de renovação. Nas eleições para a diretoria do Sinpro-DF, foram inscritas 7 (sete) cha-
9. pas, todas com o termo 'Renovação' no nome. (Foi eleito o grupo que mais se aproximava
10. com as ideias do grupo dos 9 diretores que havia sido expulso, quatro anos antes);
- 11.
12. 10) Na gestão 2001 a 2004, deu-se o início da retomada da direção e a centralização de um
13. grupo político majoritário, em torno da outra parte da ArtSind, que dirige por maioria o sin-
14. dicato, em conjunto com outras forças políticas. Há uma construção e preparação para uma
15. prática de formação, já em preparação na gestão anterior;
- 16.
17. 11) Na gestão 2004 a 2007, houve o início efetivo de um Programa de Formação do Sinpro-DF
18. com a ECOCUT, Apolônio de Carvalho, em parceria com a CNTE;
- 19.
20. 12) Na gestão 2007 a 2010, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE;
- 21.
22. 13) Na gestão 2010 a 2013, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE;
- 23.
24. 14) Na gestão 2013 a 2016, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE;
- 25.
26. 15) Na gestão 2016 a 2019, continua a Formação com a ECOCUT/CNTE; a) manteve-se em
27. andamento, desde 2004, o mesmo programa de formação sindical; b) publicou-se o Plano de
28. Trabalho 2017 (semestral) e de 2018 (anual), da secretaria de Formação Sindical; c) a discus-
29. são do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Secretaria de Formação do Sinpro-DF, divul-
30. gado no 11º CTE; d) o processo de formação em 2018, para além dos cursos. Iniciou-se a
31. parceria com o Sindicato dos Bancários, SEBB-DF, com a participação inicial de Aloízio Mer-
32. cadante e a Associação dos Funcionários do IPEA, AFIPEA, com palestras e debates abertos
33. para toda a categoria.

34.  
35. **Proponente: Professor Antonio Carlos Andrade**





## Tese 8

# **Superar a encruzilhada brasileira pela Ação Direta Sindical**

## 1. Superar a encruzilhada brasileira pela Ação Direta Sindical

- 2.
3. A classe trabalhadora brasileira vive uma encruzilhada, e sem atalho para a saída. Nesta encruzilhada, é necessário ler corretamente o cenário, pois nossas escolhas de ação derivam dessa
4. leitura. A tragédia que é o governo Bolsonaro cria polarizações inclusive no povo: uma armadilha da elite contra nossa união. Cria também desespero e derrotismo, nos atraindo para soluções fáceis e a preferir um “mal menor”, como a mera troca de governos.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
9. Alertamos que a separação da sociedade entre favoráveis versus contrários ao bolsonarismo
10. cria um desvio para nossas lutas. A separação principal que devemos reforçar é a de classes:
11. trabalhadores versus patrões. Alertamos também que a dependência e a submissão ao calendário eleitoral e às regras institucionais burguesas só reforçam a passividade e a falta de esperança de que o próprio povo é capaz de conquistar vitórias pela sua luta.
- 12.
- 13.
- 14.
15. O bolsonarismo não é um fenômeno desconexo da estrutura e da história do poder dominante no Brasil. Bolsonarismo é uma expressão de ofensiva conjuntural e particular vinda da
16. histórica e estrutural elite brasileira, reacionária, militarista, teológica e colonialista. Por mais atrativo que pareça, para derrotar o bolsonarismo não basta retirar a pessoa Bolsonaro do
17. cargo de presidência por impeachment ou novas eleições.
- 18.
- 19.
- 20.
21. Bolsonaro é um representante da elite. Outros estão aí e novos mais virão. O caminho
22. para liquidar o bolsonarismo passa por aplacar com diversas lutas populares as frações de
23. classe, empresas e organizações burguesas que, mesmo não eleitas, governam nosso país
24. há cinco séculos. É preciso ferir a acumulação capitalista e criar organizações de trabalha-
25. dores combativas.
- 26.
27. Devemos ter independência frente a qualquer governo que assuma o Estado capitalista,
28. inclusive para ter condições de nos opor a políticas antipovo. Os governos possuem apenas
29. uma autonomia relativa, e são condicionados pelo poder do capital (incluindo os empresários da fé) e militar. Sem mexer nesses, as trocas de governo não passam de alterações cos-
30. méticas da sociedade.
- 31.
- 32.
33. Parte da burguesia que sustentou e agora tende a se distanciar de Bolsonaro, não o abandona totalmente. Pois o programa econômico ultraliberal é o ponto de convergência necessário: pacote de privatizações, reformas trabalhistas, previdência, administrativa, tributária, cons-
34. tituinte, de terras. Tais grupos podem até se desligar oportunamente do bolsonarismo e aderir
35. ao lulismo, e nesse cenário, uma vitória eleitoral de Lula representa também os limites e pres-
36. sões dessa mesma elite nas ações do governo, que como em 2003-2016 tende a ceder para
37. manter-se no cargo de governo.
- 38.
- 39.
- 40.
41. Trocando o governo, as reformas de Estado ultraliberaes serão revogadas? Ou teremos um
42. novo governo administrando esta mesma macroeconomia? Nossa centralidade não deve ser a
43. troca de governo, mas sim a ação direta da classe trabalhadora. Definitivamente, nosso poder
44. não está nas eleições, está em nossa organização e capacidade de enfrentamento.
- 45.
46. Mas que enfrentamento temos visto? Lutar tornou-se um verbo descaracterizado hoje em
47. dia. Poucas ações opõem um real enfrentamento de classes. Vemos vários atos de rua ocorrer,
48. como desfiles cívicos de sábado à tarde combinados com o Estado e que não têm ameaçado



1. minimamente a ordem política e a circulação da economia, usando métodos pacifistas e legalistas já esperados, acordos com polícia, trajetos previsíveis etc. Estamos sendo massacrados.
2. Chega de passividade! A classe trabalhadora precisa voltar a ser perigosa para a elite!
- 3.
- 4.
5. O impeachment da Dilma em 2016 não gerou uma ruptura institucional. É igualmente equivocado a narrativa que tenta equipará-lo ao golpe de Estado civil-militar de 64. Definitivamente,
6. não se pode fazer esse paralelo. O risco de fazê-lo é banalizar e se despreparar para verdadeiras rupturas institucionais cívico-militares (como em 64 no Brasil) ou mesmo ditaduras constitucionalistas (como a uruguaia em 68-73) e eventuais levantes policiais (como na Bolívia em 2019).
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
12. Mas é preciso entender que ele foi operado usando ferramentas formais, informais, legais, infralegais e ilegais. Porém, ele não rompe a institucionalidade. Ao contrário, se utiliza da margem de manobra que a própria Constituição e os “jogos parlamentares” permitem para alteração presidencial. De forma resumida, podemos dizer que o impeachment e a necessidade e condições para substituir o governo lulopetista foi resultado do
13. 1) acirramento da luta de classes com aumento de lutas autônomas e combativas com ápice em 2013, aumento da massa salarial como fruto de greves e aumento relativo do gasto público;
14. 2) uma das piores recessões da história brasileira;
15. 4) seletividade de investigação jurídica e da exposição midiática, sobretudo ao lulopetismo;
16. 5) protestos de rua reacionários dando ar de “legitimidade social” ao impeachment;
17. 6) recrudescimento do aparato estatal repressivo e jurídico punitivo;
18. 8) fiel aliança do petismo com seus traidores e contra o povo;
19. 9) o acirramento da disputa interimperialista global e levantes populares no mundo.
- 20.
- 21.
22. A leitura desses fatores do último período nos serve de alerta. Nossos desafios futuros são muito grandes. A tarefa não será fácil. Porém, mais difícil será sobreviver sem lutar, pois o aprofundamento da derrota será certo.
- 23.
24. Precisamos enfrentar com paciência e persistência a mobilização do proletariado para criar condições da contraofensiva.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

**Proponentes: Diego Martins dos Santos e Marcello Kennedy**



# Contribuições para o debate





## Contribuição 1

1.  
2.  
3.  
4.

### 5. **GT Meio Ambiente – 12º Congresso de Trabalhadores/as da Educação**

6.  
7.  
8.

**Dia:** 22 de junho de 2022, às 18h30

#### 9. **Mesa:**

10. 1. Daniel Gaio (Secretário de Meio Ambiente - CUT Nacional)
11. 2. Henrique Torres (Secretário de Meio Ambiente - CUT DF)
12. 3. Flávia Barbosa (Professora da Rede Pública do DF, bióloga, especialista em Educação Ambiental e Planejamento Ambiental)

14.

**Mediação:** Hamilton Caiana – Secretário de Políticas Sociais do Sinpro-DF

16.

**Assessoria:** Ana Carolina Cançado Teixeira

18.

**Presentes:** Ana Carolina, Hamilton Caiana, Daniel Gaio, Henrique Torres, Flávia Barbosa, Jose Pedro, Roberto Nunes, Thais Romanelli, Magno Rocha, Raimundo Kamir, Sebastião Viana, Maria Alves, Leilane Costa, Consuelita Nascimento, Lucilene, João Augusto, Beatriz Goulart, Jairo Mendonça, Márcia Gilda, Ritinha, Palestino, Sinharinha, Anabel Gonçalves, Flaviane Antunes, Quêner Chaves, Vanna, Maria, Anderson Correa

24.

Total de 27 participantes contando convidados/as

26.

#### 27. **Fala Daniel Gaio – Temas abordados**

28. - Mercantilização da Natureza / do Meio Ambiente;
29. - Maquiagem verde;
30. - Empregos Verdes / Digitalização dos empregos, dos nossos dados (transição verde);
31. - Uso da nossa pauta, que é distorcida em prol do capitalismo;
32. - Todos os biomas estão sofrendo com isso. A Amazônia em especial, caso do Dom e Bruno. Tudo por conta das ações anti-indigenista dos nossos governantes;
34. - Educação – papel fundamental para desconstruir esses desmandos. Contra o que estamos vivenciando. Sugestão de cartilha e filme: <https://www.cut.org.br/acao/transicao-justa-517f>
36. <https://youtu.be/3Xux89-8MX4>

37.

#### 38. **Fala Henrique Torres – Temas abordados**

39. - Passamos fome mesmo sendo o maior país produtor de grãos;
40. - Bioma Cerrado, por tanto desmatamento já percebemos as secas prolongadas, reservatórios secando;
42. - O sofrimento ambiental tem cor e classe. Quem sente fome e sede são os mais pobres e as pessoas negras;
44. - As crianças passam muito tempo nas escolas. Como elas chegam? Com sede, com fome. Sem uniforme, não tem água pra lavar roupa. Como o professor lida com isso?;
46. - Indicação de Livro “Aparelhos ideológicos do Estado” Louis Althusser;
47. - Fragilidades do DF que devem ser debatidas nas escolas: água (gestão hídrica), alimentos com preços elevados (matriz produtiva agrícola/agroecologia). As escolas fazem muitos trabalhos



1. com educação ambiental (coleta seletiva, formas de pensar o seu próprio consumo), horta (alimentos saudáveis x alimentos com venenos – questão dos agrotóxicos).
- 2.
- 3.
4. **Proposição:** concurso dos projetos de educação ambiental das escolas. Lançamento de um livro com esse compilado. Vivência nas cooperativas, nos acampamentos/assentamentos da reforma agrária, resgatar o Sinpro Ambiental, Festivais Ambientais.

7.

#### 8. **Fala Flávia Barbosa (10 min) – Temas abordados**

9. - Meio ambiente é um tema muito diverso: alimentos, biomas, doenças;
10. - Grilagem de terras no DF;
11. - Não é a ausência de políticas ambientais. O que falta é a execução da política. Os governantes não querem. Poucos servidores/as para fiscalizar, grandes interesses econômicos. Quando existe prisão, são os intermediários e não os que coordenam;
14. - Existe ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico – com base nesse ZEE que se planeja onde vão ser estabelecidos residências, parques, atividades comerciais entre outras atividades levando em consideração os impactos ambientais;
17. - Existem Planos Diretores das cidades, mas também não são respeitados. Lucro acima de tudo;
18. - Relação do meio ambiente com o mundo do trabalho;
19. Todos os modos de produção impactam de alguma forma a nossa vida, o que nós consumimos. Exemplo: situação da Amazônia: minérios (que estão em vários produtos que consumimos), precisamos trocar de carro sempre? Precisamos de tantas roupas? Precisamos morar em algum terreno ilegal?; – Educação ambiental;
23. Educação Ambiental Formal – Escolas;
24. Educação Ambiental Informal – ONGs, Escoteiros etc.

25.

26. **Proposição:** Secretaria de Educação precisa investir mais em formação em Educação Ambiental para professores/as que muitas vezes acabam trabalhando somente de forma superficial.

27.

#### 29. **Questões levantadas/inscrições:**

30.

##### **I. Márcia Gilda**

31. - De fato as escolas não aprofundam a temática até porque acham “feio” o Cerrado e não entendem a sua importância;
- 32.
- 33.
34. - Terra para Quilombolas, agricultura familiar, povos originários. Esse governo contra a demarcação de terras;
- 35.
- 36.
37. - Diminuição da Flora, a estrutural virou cidade, mas os catadores estão longe da pista, em situação de pobreza;
- 38.
- 39.
40. - A sociedade precisa entender a importância da preservação.

41.

#### 42. **Proposição:** Criar campanhas nas escolas para essa finalidade.

43. - Novo Ensino Médio tem a intenção de retirar os estudantes das escolas públicas do ingresso na UnB. Tudo intencional.

44.

45.

46.

47.

48.

## 2. Kamir

- 1.
2. - Meio Ambiente tem que ser numa perspectiva da luta de classes;
- 3.
4. - Debate da falta da água. A água continua sendo negada para quem mais precisa;
- 5.
6. - Vimos campanhas para a gente economizar, mas não falam das grandes empresas. Quais ações elas vão tomar? Na pandemia inclusive foi negado o básico para a população: lavar as mãos;
- 7.
- 8.
- 9.
10. - Papel dos/as catadores/as: fazem um trabalho maravilhoso, mas não são reconhecidos.
- 11.

12.

13. **Proposição:** GDF Intercâmbio: escolas/catadores (Coleta Seletiva).

14. - Assim como existe um projeto político contra a educação, existe um projeto contra o meio ambiente.

## 16. Moção

17. Moção de Repúdio ao assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira.

18. que enfrentamento temos visto? Lutar tornou-se um verbo descaracterizado hoje em dia.

- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.



## Contribuição 2

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Grupo de Trabalho Raça e Sexualidade**

**Dia:** 23 de junho, às 18h30

#### **Mesa**

1. Leonardo Café – professor da SEEDF, formador na Eape na área de Diversidade e Direitos Humanos

2. André Lúcio Bento – professor da SEEDF, mestre e doutor em linguística e especialista em cultura afrobrasileira

**Mediação:** Márcia Gilda e Ana Cristina – Secretária de Assuntos de Raça e Sexualidade  
**Assessoria:** Danielle Freire

**Presentes:** 23 presentes

#### **André Lúcio Bento – professor da SEEDF, mestre e doutor em linguística e especialista em cultura afrobrasileira**

• Apresentação do artigo – Racismo curricular (de autoria do próprio André Bento, publicado no CB, em 9 de abril de 2022).

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2022/04/4999343-analise-racismo-curricular.html>

• Reconhecer a África como berço da civilização.

• Abordagem romantizada a respeito do racismo é algo bastante recorrente.

• Não podemos deixar de estudar e conhecer os problemas do Brasil.

• Os preconceitos vão se misturando.

• Precisamos ter estratégias pedagógicas para tratar assuntos como racismo e preconceitos nas escolas (metodologias, formas de abordagem).

• Como tratar essa temática com as diferentes faixas etárias?

• Criar uma proposta metodológica para lidar com racismo e preconceito nas escolas.

• Falta a nós, professores e professoras, metodologia de como abordar esse tema de maneira a transformar a sociedade em algo melhor.

#### **Leonardo Café – professor da SEEDF, formador na Eape na área de Diversidade e Direitos Humanos**

• Conceito de diversidade que há no Currículo em Movimento (página 41) – materializa a narrativa que defendemos. Esse documento nos respalda, mas também nos provoca.

• Os discursos fundamentalistas muitas vezes invadem as escolas e debates do tipo: “Para que falar sobre homossexualidade?”, “Porque levantar polêmica sobre preconceito racial?”;

• O papel da mulher na sociedade – qual o nosso posicionamento dentro das escolas a respeito do cenário atual?

• O que estamos fazendo pelas nossas meninas e nossas jovens com relação a violência?

• Incentivamos as nossas meninas a serem líderes?

• Nós precisamos agir hoje, agora, nas nossas escolas, no nosso sindicato.

• Qual a importância de um documento como o Currículo em Movimento?



1. • Homossexuais, negros e mulheres sofrem preconceito estrutural.
2. • O Brasil é um dos países que mais mata homossexuais no mundo.
3. • A expectativa de vida de uma pessoa homossexual é de 35 anos.

4.

#### 5. **Inscrições**

6. **Rodrigo Suess** – A homofobia é algo que atinge não só os estudantes, mas também nós, professores. Eu já passei por situações como essa. Essa é uma temática que devemos, sim, debater, trazer para os espaços.

9.

10. **João Macedo** – E escola é um território minado para pessoas LGBTQIA+. Penso que a EJA é o único lugar, a única esfera que possibilita o acesso / existência de pessoas trans. É o que o governo tem feito com a EJA? Tem acabado com ele, fechando turmas. Eu valorizo o nosso sindicato e sei da importância do mesmo, mas me preocupa o discurso revolucionário e a pouca ação para combater toda essa opressão. Isso porque nem falamos das nossas crianças LGBTQIA+. O que fazemos com relação a elas? Precisamos trabalhar documentos, eleger pessoas, que são além de aliados, mas que vivem essas realidades. Uma das nossas lutas é que devemos ter lugar de fala (e que esse lugar não seja uma prisão de fala). Sei das nossas lutas, contudo vejo que nós ainda estamos engatinhando. Temos muitos receios ainda. Gente, ninguém tem receio de nos matar. Ninguém tem receio de nos discriminar. Quantas vezes não fui chamado de professor bichinha. A gente tem que parar de engatinhar. É duro, é difícil. Mas, a gente tem que caminhar. Caminhamos muito, mas é preciso ir além. Se dentro do sindicato há pessoas que não conseguem falar todes, imagine nas escolas.

23.

24. **Vanilce** – Muitas coisas se passam pela minha cabeça ao ouvir as falas de vocês. Hoje, as pessoas têm orgulho de serem preconceituosas. Não há o menor pudor, tudo é dito com uma naturalidade que me espanta. Eu já passei por episódios de preconceito em que não tive reação. Depois fiquei me punindo por isso. Uma situação muito difícil. Falar aqui, entre pessoas que compreendem é tranquilo, mas e lá fora? Precisamos nos preparar.

29.

30. **Márcia** – O Leonardo falou algo muito importante: nós estamos propiciando aos nossos estudantes protagonismo? Estamos sendo educadoras e educadores que possibilitam isso? Nos admiramos de pessoas mulheres trans que são fortes, empoderadas, mulheres e homens negros empoderados, mas o que fazemos para que nossos estudantes sejam pessoas empoderadas? Eu passei por situações terríveis quando criança, da primeira à oitava série. A escola era um lugar horrível para mim.

36.

37. **Edicarlos** – Muitas vezes estamos pulverizados, espalhados em muitos lugares. Espaços como o coletivo LGBTQIA+ são importantes para nos fortalecer. Precisamos colocar nossa voz pra fora. Quietudo o que defendemos reverbera. Nessa onda conservadora, as pessoas acham que podem falar o que bem entendem e não responder por isso. Precisamos lutar contra isso, essas pessoas não podem ficar impunes. Bullying não é preconceito.

42.

#### 43. **RESOLUÇÕES**

44. • Formação sobre o Currículo em Movimento, pensando os eixos transversais e os pressupostos teóricos que orientam nossa prática, garantindo assim, sua implementação de forma eficaz e efetiva;

47.

48.

1. • Implementação nos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) de pautas inclusivas a respeito da diversidade de gênero, étnico-racial;
- 2.
- 3.
4. • Defesa contínua da Gestão Democrática;
- 5.
6. • Combater a militarização das escolas;
- 7.
8. • Garantir a permanência dos estudantes LGBTQIA+ nas escolas;
- 9.
10. • Combater a violência institucional;
- 11.
12. • Realizar pesquisas na categoria, levantando dados de educadoras e educadores LGBTQIA+(quem são, onde estão e quais são as suas necessidades?);
- 13.
- 14.
15. • Defesa do modelo de seleção no concurso público, com um período de formação, ainda valendo como processo seletivo, para fazer discussões a respeito do racismo, homofobia, negritude, representatividade.
- 16.
- 17.
- 18.

#### 19. **ENCAMINHAMENTO**

20. • Aprovada a Moção de Repúdio à cassação do mandato do vereador Renato Freitas (PT-SC).
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.



## Contribuição 3

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Grupo de Trabalho Educação Inclusiva com foco na Educação Especial**

**Mediação:** Berenice Darc, Carlos Maciel e Luciana Custódio

#### **Palestrantes:**

Anna Paula Feminella: Diretora da CUT-DF e coordenadora da Frente Nacional de Mulheres com Deficiência.

Érica Curado: Professora da sala de recurso Generalista SEEDF e integrante do Coletivo de Trabalhadores com Deficiência da CUT-DF

#### **Informes:**

A mesa mediadora dos debates, abriu o GT – Educação Inclusiva com foco na Educação Especial, reafirmando a necessidade e a importância de debater o tema, com o objetivo de elaborar propostas para o 12º CTE – Congresso dos Trabalhadores em Educação, que será realizado no período de 7 a 9 de julho.

As palestrantes fizeram uma abordagem geral, trazendo o debate para a realidade atual e logo após foi aberta as inscrições para intervenções e perguntas.

Ao final, foram encaminhadas as seguintes propostas, que deverão ser enviadas para apreciação do 12º CTE.

#### **Propostas e Resoluções:**

a) Continuar promovendo o debate sobre Educação Inclusiva com o governo e os mais diversos setores da sociedade;

b) Denunciar o fechamento de salas de recursos e a não disponibilização adequada de equipamentos e profissionais capacitados para as salas de Educação Especial;

c) Lutar pela modernização e informatização das salas de recursos;

d) Lutar pelo não fechamento das salas de recursos no Campo, independente do número de estudantes;

e) Defesa de programas de formação e valorização dos/as profissionais de Educação Inclusiva, através da EAPE;

f) Elaboração de políticas estruturantes, que permitam o ingresso de pessoas com deficiência no mundo do trabalho;

g) Políticas estruturantes e intersetoriais, cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência e avançar na luta pela manutenção e ampliação de direitos;



1. h) Lutar contra o retrocesso local e nacional, que tem atacado as políticas de Educação Inclusiva;
- 2.
3. i) Defender candidaturas que verdadeiramente são comprometidas com a Educação, desta-
4. cando as políticas de inclusão. Contrapondo as candidaturas que se orientam através da polí-
5. tica do capacitismo, racista, conservadora e excludente;
- 6.
7. j) Fortalecer a luta pela a Educação Inclusiva, para que no futuro breve, a inclusão seja política
8. de Estado e não governo;
- 9.
10. l) Fortalecimento do Coletivo de Pessoas com Deficiência do Sinpro-DF;
- 11.
12. m) Defesa intransigente da escola pública, gratuita, democrática, inclusiva e laica.
- 13.

14. **Realizado dia 23 de junho de 2022**

- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

## Contribuição 4

1.  
2.  
3.  
4.

### 5. **Tecnologias na escola. É preciso não retroceder**

6.  
7.  
8.  
9.  
10.  
11.

A pandemia de Covid-19 nos impulsionou para a utilização de tecnologias que já estavam disponíveis, mas que, em geral, eram pouco usadas na escola. Com o isolamento social, reuniões pedagógicas, coordenações coletivas e aulas virtuais, foram por um ano e meio a forma de mantermos a escola funcionando.

12.  
13.  
14.  
15.  
16.  
17.

Face à campanha de vacinação em massa promovida pelo SUS, passamos a ter a redução do número de mortes. O GDF decretou o retorno das aulas presenciais, no entanto, retrocedeu nos avanços auferidos pela pandemia e que foram úteis à educação, quais sejam: as reuniões de coordenação via web e o fomento audiovisual do CANAL E.

### 18. **Pelas coordenações pedagógicas coletivas virtuais**

19.  
20.  
21.  
22.  
23.  
24.  
25.  
26.

Há anos, os professores conquistaram o direito de terem horários remunerados para coordenarem individual e coletivamente. Com o advento das tecnologias de comunicação e dos smartphones, os professores passaram a, diariamente, receber informações e a dar notícias via grupos de WhatsApp. Ou seja, se antes debatíamos em até duas reuniões coletivas semanais, hoje estamos conectados diuturnamente à coordenação e à direção da escola, sete dias por semana. Além disso, muitas escolas têm páginas nas redes sociais como Facebook, Instagram e YouTube para diálogo com professores, alunos, responsáveis e comunidade.

27.  
28.  
29.  
30.  
31.  
32.

É importante destacar que a SEEDF não fornece internet com potencial adequado para que os professores consigam acessar ao mesmo tempo e sem interrupção. Assim, o preenchimento do Diário Web, por exemplo, muitas vezes só se consegue na escola, utilizando a internet privada do professor; ou ele só consegue manter o diário em dia acessando à web em sua residência.

33.  
34.  
35.  
36.  
37.

Na pandemia, as reuniões pedagógicas e de coordenação aconteceram a contento pelo Google Meet. É de estranhar que a SEEDF, com o retorno das aulas presenciais, exija que essas reuniões tenham que ser realizadas dentro do espaço físico da escola, mesmo existindo a possibilidade de os encontros acontecerem gratuitamente pela web, gerando economia, reduzindo a poluição e otimizando o tempo.

38.  
39.  
40.  
41.  
42.

Que o 12º Congresso de Trabalhadores em Educação do DF defenda que os professores tenham autonomia para definir a forma das reuniões na escola, se presencial, virtual ou híbrida.

### 43. **O uso dos smartphones nas salas de aula**

44.  
45.  
46.  
47.  
48.

Os smartphones são aparelhos de alta tecnologia que incrementaram os telefones celulares e, hoje, permitem o uso de múltiplos aplicativos e a interação com a internet.

Esses aparelhos estão presentes nas escolas, inclusive nas mãos dos alunos. Ao invés de nos indispormos ao uso dessa tecnologia em sala de aula, devemos utilizá-la para estimular, nos



1. alunos, competências socioemocionais como criatividade, organização, planejamento, comunicação, empatia, autonomia, protagonismo.
- 2.
- 3.
4. Uma das formas mais eficazes de se bem utilizar dessa ferramenta em prol da educação é estimular os alunos à produção de vídeos estudantis.
- 5.
- 6.
7. Muitos professores já fazem uso dos smartphones para que os alunos pesquisem, criem suas histórias, roteirizem seus filmes, gravem imagens e sons digitalmente e, ainda, editem seus vídeos e os poste na internet.
- 8.
- 9.
- 10.
11. A pandemia propiciou que os professores, em sua maioria, fizessem uso das tecnologias digitais para, no isolamento social, se comunicarem com seus alunos. Muitos passaram a produzir videoaulas e buscaram a familiarização com aplicativos disponíveis nos celulares para potencializar suas aulas.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
17. **Pelo retorno do Canal E**
18. Pudemos desenvolver mais rapidamente uma estratégia de comunicação por vídeos, fruto dos cursos de formação continuada oferecidos pela EAPE em parceria com o CANAL E.
- 19.
- 20.
21. Quando do contexto pandêmico, houve uma promoção do uso da tecnologia, em especial as que permitiam a criação de vídeos. A Secretaria de Estado de Educação do DF, ao invés de valorizar os setores que trabalhavam o audiovisual, na contramão da história e de forma autoritária, fechou o CANAL E, distribuindo seus professores em variados setores da SEEDF.
22. Dessa forma, deu-se por encerrado uma experiência bem-sucedida de quase 30 anos de promoção do audiovisual nas escolas públicas do DF, e no momento em que, como nunca, as escolas despertam para a importância de formar professores na linguagem do cinema.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
29. Com o encerramento do CANAL E, encerrou-se também a maior iniciativa de integração audiovisual das escolas: o FestCURTAS das Escolas Públicas do DF, um Festival de Cinema que, por cinco anos, fez parte da programação do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e mobilizou milhares de alunos a se expressarem artisticamente e a contarem suas histórias.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
34. Que haja o retorno e fortalecimento do CANAL E, e com ele, os cursos de formação e o FestCURTAS das Escolas Públicas do DF, para estímulo e difusão do audiovisual nas escolas.
- 35.
- 36.
37. Destacamos também a importância de instituições que formam professores tenham em seu currículo disciplinas que versem sobre a educação audiovisual.
- 38.
- 39.
- 40.
41. **Proponente: Erivaldo Cavalcanti Borges Pimentel**
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

## Contribuição 5

1.  
2.  
3.  
4.

### 5. Inclusão da Pessoa com Deficiência

6.  
7. A inclusão da Pessoa com Deficiência está ligada aos Direitos Humanos e à Justiça Social.  
8. Assegura a todas as pessoas o acesso e a participação sem discriminação a todos os níveis  
9. de serviços existentes na sociedade.

10.

11. A inclusão da Pessoa com Deficiência é uma forma de efetivar a educação como inclusiva e  
12. reconhecer essas pessoas como indivíduos de direitos, amparados por leis específicas, basea-  
13. das em princípios dos Direitos Humanos.

14.

15. A sociedade precisa compreender que a inclusão é uma prática aplicada em todas as esferas  
16. de uma sociedade civilizada, entre elas a educacional, que precisa compreender também que a  
17. equidade não é uma forma de igualar as pessoas com ou sem deficiência, e sim uma forma de  
18. proporcionar igualdade de oportunidades.

19.

20. Para que a educação inclusiva se concretize e se estabeleça mostrando sua eficácia, é necessá-  
21. rio que haja na matriz curricular estudos sobre acessibilidade e educação inclusiva e incentivos  
22. às ações afirmativas, engajamento de toda comunidade escolar numa perspectiva que inclu-  
23. a os Direitos Humanos no contexto da Educação, que haja realização de programas de qualifi-  
24. cação e formação continuada para os docentes de toda a rede de ensino. Deve-se criar políti-  
25. cas públicas, realizar adaptações físicas e curriculares, eliminar barreiras, para que, dessa forma,  
26. as escolas se tornem inclusivas.

27.

### 28. Inclusão das PcD no mundo do trabalho

29. A inclusão dos trabalhadores com deficiência aconteceu recentemente. A Lei Brasileira de  
30. Inclusão (Lei 13.146/2013) dispõe que a PCD tem o direito ao trabalho de sua livre escolha e  
31. que deve ser aceita em seu ambiente de trabalho acessível e inclusivo.

32.

33. O trabalho é uma ferramenta de inclusão social. É por meio dele que o reconhecimento é  
34. alcançado, e é previsto no Artigo 7 da Constituição Federal. O direito ao trabalho é fundamen-  
35. tal para todos os seres humanos, é mais do que um meio de sobrevivência.

36. No cenário brasileiro, há mais de 26 milhões de trabalhadores formais ativos, 537 mil são PcD:  
37. eles representam 2,05% do total de empregados. O percentual de PcD inserido no mundo  
38. trabalho é inferior ao das pessoas sem deficiência. Para que aconteça a contratação pelas  
39. empresas, é necessário o ajuste entre a qualificação e a função.

40.

41. A PcD é exclusiva do mundo do trabalho por inúmeros motivos, como por exemplo a falta de  
42. qualificação, falta de escolaridade, entre outros fatores.

43.

44. O governo brasileiro deverá se comprometer em criar mecanismos que impulsionem a inclu-  
45. são social de todos, intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento das políticas integra-  
46. das, tanto nas áreas governamentais como na sociedade civil organizada, para que os direitos desse  
47. segmento sejam garantidos, bem como realizar o combate à discriminação e o acesso aos bens e  
48. serviços existentes, para que inclusão seja uma realidade no processo de desenvolvimento do país.



1. As políticas e práticas da inclusão da PcD são insuficientes, não consideram os aspectos relevantes do mundo do trabalho e dos sujeitos que delas necessitam. O sistema de cotas permitiu identificar que as práticas de inclusão estão marcadas pela desigualdade.
- 2.
- 3.
- 4.
5. A inclusão plena da PcD, tanto na sociedade como no trabalho, contém desafios e obstáculos, dificultando assim a implementação dos direitos dessas pessoas.
- 6.
- 7.
8. Os sindicatos têm como bandeira a construção de um mundo igualitário e inclusivo, e lutam para promover a inclusão da PcD e garantir seus direitos. O Sinpro tem trabalhado no acolhimento, fazendo sindicalizações e verificando a acessibilidade nos locais de trabalho, promovendo a formação profissional, lutando pela igualdade de salários e protegendo contra o trabalho inadequado à sua função.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
14. A luta por melhores condições de vida e trabalho se volta para o processo de transformação da sociedade, sendo que o sindicato, como representante da classe trabalhadora, deverá acolher e incorporar as lutas sociais e políticas desse segmento, deverá promover a conscientização da classe e incentivar os trabalhadores a participar da luta pelos seus direitos. Cabe, portanto, aos sindicatos desenvolver ações voltadas para a participação dos trabalhadores com deficiência, ampliar sua participação em diversos espaços como direção, mesa de negociação, tendo como foco a formação política e as pautas sindicais.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
23. **Conceituando inclusão educacional nas escolas regulares**
24. “A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças” (Montoan, 2007, p.45).
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
29. Quando falamos de inclusão nas escolas, falamos de aceitar as diferenças. O processo de inclusão é desafiador. Contudo, muitas barreiras da aprendizagem podem ser superadas com a sensibilidade do professor, que deverá focar não somente na transmissão de conteúdos, mas também nos processos de aprendizagem de seus estudantes.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
34. A importância da educação inclusiva deverá ser reafirmada como um ideal além da utopia, devendo ser iniciada na instituição familiar e permeada nas diversas instituições sociais.
- 35.
- 36.
37. A educação inclusiva tem se revelado de extrema importância para as crianças, jovens e adultos com deficiência, possibilitando o desenvolvimento das competências e habilidades a serem utilizadas em seu cotidiano. Portanto, exige adequação do currículo e novas metodologias. O ambiente escolar deve ser acolhedor e acessível para que o estudante não se sinta excluído.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
42. Devemos ter em mente que a inclusão escolar trata-se de um processo social, uma conquista histórica que representa um avanço enorme em nossa sociedade. Hoje, além do acesso à escola, os estudantes com deficiência recebem tratamento diferenciado para que tenham um bom desempenho (Atendimento Educacional Especializado – AEE). Infelizmente, ainda não podemos afirmar que temos uma escola totalmente inclusiva e comprometida com a diversidade escolar.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

1. Nossas escolas precisam ser mudadas. Fazer acontecer essas mudanças não é fácil. Neces-
2. sário se torna a redefinição das alternativas pedagógicas que façam com que os educandos
3. tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, bem como o seu tempo para aprend-
4. der seja respeitado.

5.  
6.

7. **A escola deverá estar aberta às diferenças**

8. A inclusão vai além das lutas diárias. A escola deverá ofertar um currículo adaptado, formação
9. continuada aos docentes, porque precisam estar preparados para as dificuldades que encon-
10. trarão no dia a dia. É preciso ter respostas pedagógicas para os problemas que serão vivencia-
11. dos durante o ano letivo.

12.

13. A Educação Básica é a chave para a inclusão, para a superação das desigualdades e para a obten-
14. ção de um ambiente político equilibrado. A nossa contribuição como educadores é construir
15. juntos com o coletivo escolar formas de lidar com os conflitos apresentando soluções.

16.

17.

18. **Proponente: professor Carlos Maciel e outros**

19.

20.

21.

22. **Referências:**

23. BRASIL, Artigo 34 da Lei Brasileira de Inclusão ( Lei 13146/2015)
24. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988
25. MITTLER, P. Educação Inclusiva. Contextos Sociais. Porto Alegre, Artemed, 2003.
26. MONTAAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar : o que é? por quê? como
27. fazer? São Paulo : Moderna, 2003. Disponível em:
28. [https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-TeresaEgl%-](https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-TeresaEgl%C3%A9r-Montoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907)
29. [C3%A9r-Montoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907](https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-TeresaEgl%-C3%A9r-Montoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907), Acesso em 27/07/22
30. \_\_\_\_\_. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo:
31. Moderna, 2007.
32. \_\_\_\_\_. Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a
33. educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon
34. Edições Científicas, 2002.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.



## Contribuição 6

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Coordenação Pedagógica: um direito a ser valorizado e protegido**

Entre tantos afazeres acumulados nas atividades do ensino, docentes da educação básica têm trabalhado historicamente em condições materiais e ambientes escolares muito aquém do ideal. Nessa lógica, a ideia de melhoria da qualidade do trabalho escolar e de seu consequente impacto positivo na educação é antiga. A partir do final dos anos 1980, uma importante questão ganhava campo nas reflexões sobre o trabalho docente: como planejar o trabalho do professor e melhorar a qualificação para a prática do ensino? Atolados em cargas excessivas de horas-aula em turnos muitas vezes diversos, os docentes eram afetados diretamente pelo problema. Dessa forma, essa questão laboral acabou sendo levada às pautas sindicais de luta.

A coordenação pedagógica foi conquistada para os professores do Distrito Federal (DF) já nos primeiros planos de carreira, a partir dos anos 2000. Considerada conquista fundamental do magistério, as horas de coordenação podem ser consideradas um ponto de partida para a valorização profissional dos professores. Em âmbito nacional, posteriormente, essas horas foram reconhecidas pela Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso, PSPN), que estabeleceu em seu Art. 2º § 4º a referência de um terço da carga horária total do trabalho do professor a ser dedicado integralmente a atividades fora da sala de aula.

Chamadas de horas pedagógicas em outros lugares ou de coordenação pedagógica no DF, esse tempo reservado é precioso para o professor realizar o planejamento de suas aulas e atividades didáticas. Ele também foi pensado para a formação continuada, bem como para atividades relacionadas à elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico (PPP) da escola. Ademais, a coordenação pedagógica também se constitui como espaço natural de diálogo interdisciplinar entre os docentes e de deliberação permanente das questões escolares.

Inicialmente presa a ideias de uma educação tradicional e verticalizada, o conceito de coordenação pedagógica é hoje inter-relacionado às decisões colegiadas e à gestão democrática do ensino, imprimindo-se outro significado para a palavra ‘coordenar’ na prática docente. Se, num primeiro momento, o processo de coordenação relacionava a função do coordenador com a de um gerente ou inspetor de direção (o que repassa ordens), atualmente ‘coordenar’ está relacionado ao diálogo e à construção coletiva.

Dessa forma, o coordenador reúne, dentro da escola, as funções de mediar questões pedagógicas, articular as atividades, refletir os problemas e avaliações com o conjunto dos professores e fomentar a formação em caráter continuado a partir do contexto escolar em que está posto.

Por todo o quadro desenhado da luta pela melhor qualidade social da educação, a conquista do espaço de coordenação pedagógica dentro da carga total do trabalho remunerada do professor é, sem dúvida, um avanço humanitário. No âmbito do DF, apesar da recente criação de uma gratificação específica para o trabalho do coordenador pedagógico, ainda falta muito mais para a necessária valorização do professor que exerce essa função na escola e até mesmo para a devida importância revestida ao tempo dedicado às coordenações. Mesmo considerando o



1. respaldo legal a essa função laboral, talvez fosse importante projetar num horizonte a cons-
2. titucionalização do direito às horas-coordenação dentro da carga total do trabalho docente,
3. haja vista os períodos de ataques a direitos sociais em que a área da educação é a principal
4. vítima do desmonte estatal e da pilhagem de créditos orçamentários levados a toque de caixa
5. por governos neoliberais e neofascistas que sempre ameaçam a retirada desse período peda-
6. gógico essencial.

7.

8.

9. **João Moreira (Prof. De Ed. Básica, CEM 04 – Ceilândia)**

10. **Anderson Corrêa (Prof. De Ed. Básica, CEF 20- Ceilândia)**

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.



# Resoluções





## Resolução 1

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Conjunturas internacional, nacional e local**

Avaliando do ponto de vista internacional, vivemos momentos difíceis e muito complicados, fruto da pandemia, da dificuldade de vacinação e do começo dela. O avanço em nível internacional da direita em muitos lugares no mundo deixa claro essa situação de espectro fascista, ressuscitando valores conservadores e antidemocráticos vivos e presentes.

A questão palestina é fruto desse processo conservador dominante. O povo palestino é perseguido, assassinado, explorado em sua própria terra, escravizado, extremamente isolado, tendo sua terra cada vez mais diminuída. A eleição de Joe Biden, nos Estados Unidos, foi só um fio de esperança pela defesa da democracia que ficou no papel; o que acontece é exatamente o contrário: o que se vê é o imperialismo se ampliando.

A questão iraniana, o não-respeito à autonomia do povo e do Estado, o país Persa, a sua forma de pensar e de se organizar, sofre a perseguição do Estado sionista e do imperialismo americano.

Observa-se essa conjuntura internacional preocupante também na Venezuela, que enfrenta um fechamento econômico, destruindo sua economia e sua autonomia.

A ascensão de governos autoritários, como no Brasil e em muitos locais no mundo, colocou em evidência o lado autoritário e fascista, lembrando o nazifascismo da segunda Guerra Mundial.

Em nossa América Latina, começamos a encontrar os novos ventos da democracia e o retorno ao poder da esquerda, como a vitória no Chile, no Peru, na Colômbia.

Precisamos, no Brasil e no mundo, estabelecer a autonomia dos povos e a ampliação da democracia, com relações pautadas pelos direitos humanos, pelo fim da discriminação e do preconceito e pela carta da ONU, dos direitos e da democracia, em nível internacional.

Derrotar o projeto fascista e autoritário torna-se imprescindível para a salvação da democracia. É preciso recolocar o Brasil nos trilhos da democracia. É preciso projetá-lo em seu lugar no mundo, na defesa da democracia e dos direitos e igualdade. É preciso combater o autoritarismo e fortalecer a democracia, o multilateralismo no mundo e seus organismos internacionais.

Salve o Brasil e a democracia! Fora fascismo e autoritarismo.

**Defesa da educação pública gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada**  
Pensar na educação pública no Brasil hoje é um verdadeiro desafio a tudo aquilo conquistado e transformado nos últimos anos no país. É pensar na defesa da educação pública em torno do pensamento freiriano.

De que forma podemos avançar em termos de educação pública, que vive um ataque sem precedentes desde o golpe midiático-jurídico de 2016?



- 1.
2. Precisamos fortalecer a Gestão Democrática como um dos pilares da educação pública em
3. nosso país, e termos o Fundeb.
- 4.
5. A Reforma do Ensino Médio coloca a escola pública com um retrocesso que remonta à Lei nº
6. 5.692 da década de 1970. Ou seja, voltamos no tempo. Avaliar a Reforma do Ensino Médio passa
7. por uma revisão ou uma revogação total, tendo em vista a falta de estrutura, de condições de
8. trabalho, de avaliação das reais condições e estruturas das escolas públicas nacionalmente.
- 9.
10. Faz-se necessário a valorização do Magistério Público em nível estadual, municipal e federal.
11. Essa valorização passa pela Meta 17 do PNE, que discute e busca equiparação com as outras
12. carreiras de nível superior no serviço público.
- 13.
14. O processo de militarização das escolas públicas no Brasil é um dos maiores retrocessos histó-
15. ricos em termos de intervenção na escola pública, diante da filosofia autoritária e militarizada.
- 16.
17. É preciso derrotar o projeto fascista e miliciano que dirige o Brasil para avançar nas políticas
18. públicas para a educação e restabelecer com a sociedade uma escola democrática, laica, inclu-
19. siva e participativa de/e para todas, todos e todes.
- 20.
21. O projeto de país deve passar por uma escola pública forte, democrática e representativa,
22. para derrotar entulhos autoritários como a militarização, o homeschooling, a Reforma do
23. Ensino Médio, o processo de terceirização e a não realização de concursos públicos.
- 24.
25. Todo esse desmonte da educação passa por um processo arquitetado e silencioso de destrui-
26. ção das carreiras no magistério público. O nosso grande desafio é VALORIZAR E DEFENDER
27. A ESCOLA PÚBLICA para recolocar nosso país e as futuras gerações no processo de defesa
28. e valorização dessa escola em todos os níveis.
- 29.
30. Em Defesa da Educação Pública Gratuita de Qualidade Laica e socialmente Justa!
31. Salve Paulo Freire!
- 32.
- 33.

34. **Proponente: Antonio Ahmad Yusuf Dames**  
35. **Matrícula 22.777-3**

- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

## Resolução 2

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Contra a obrigatoriedade do registro no CREF para atuação na escola**

#### **Tema 4 – Plano de Lutas**

Tese: “Contra a obrigatoriedade de pagamento do Conselho profissional para professores da educação formal: tira a mão do meu salário. Fora CONFEF/CREF da escola!”

No ano de 1998, o sistema CONFEF/CREF foi criado com o intuito de regulamentar a atividade profissional de trabalhadores da área não escolar, tendo em vista que professores de educação física da educação formal, fossem eles da educação básica ou superior, já tinham a atividade profissional regulamentada pelos conselhos estaduais, municipais e distritais de educação, bem como pelo Ministério da Educação.

Entretanto, desde então, o sistema CONFEF/CREF faz tentativas de exorbitar sua competência, ingerindo na atuação docente de professores de educação física de todo o Brasil, atuando de forma policalesca, constringendo, perseguindo, coagindo docentes a pagar taxas de filiação ao conselho e judicializando a disputa.

No Distrito Federal, desde 2013, o sistema CONFEF/CREF obriga, via liminar na justiça, os novos professores – com diplomas de licenciados em educação física – temporários e efetivos, aprovados em concurso público, a pagar a taxa de filiação ao conselho para que possam tomar posse nos seus respectivos cargos.

Em 2021, por conta de um vício de origem, começou a tramitar no Congresso Nacional o PL2486/2021, com o intuito de corrigir o problema de formulação da lei que deu origem ao sistema CONFEF/CREF. Diante dessa situação, o Sinpro-DF, juntamente com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), protagonizou uma grande articulação nacional com entidades que há 24 anos lutavam contra as ingerências do Conselho Federal de Educação Física na educação formal, com o objetivo de incluir uma emenda ao referido PL, que tornasse a filiação ao conselho facultativa aos profissionais da educação.

Dessa forma, o Sinpro-DF, o CBCE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), entre outras entidades, conseguiram, por meio de grande mobilização e em articulação ao senador Paulo Paim, uma audiência pública na CAS do Senado Federal, quando foram escancaradas o quão obtusos e anacrônicos eram os argumentos do sistema CONFEF/CREF para justificar a obrigatoriedade de filiação para atuação na educação formal.

Porém, se utilizando de mentiras, manobras e subterfúgios antidemocráticos, o sistema CONFEF/CREF obteve maioria e conseguiu a aprovação do PL2486/2021 sem a emenda proposta pelo conjunto das entidades, apresentada pelo senador Paulo Paim.

Diante desse cenário e por entender que o referido episódio abre um precedente perigoso



1. para as demais áreas do conhecimento e disciplinas escolares no sentido de possibilitar que
2. outros conselhos cometam ingerências na educação formal, propomos:
- 3.
4. • Que a plenária do CTE aprove a posição contrária à arbitrariedade do Sistema CONFEEF/
5. CREF em insistir na ingerência na educação formal;
- 6.
7. • Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e de formação em conjunto com as entidades
8. que historicamente lutam contra as ingerências do sistema CONFEEF/CREF.
- 9.
10. Cabe ressaltar que essa pauta é fruto de uma luta histórica no interior deste congresso, onde
11. foram discutidas teses na mesma direção nas últimas três edições do CTE e nos Seminário de
12. Educação Física Escolar do Sinpro-DF/CBCE-DF de 2009, 2014 e 2018.
- 13.
14. Por agora, e como expressão de resistência, fiquemos com o lema de nossa luta contra a inge-
15. rência do conselho: FORA CREF DAS ESCOLAS!

16.

17.

18. **Proponente: Professor Victor Bernardes de Souza**

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.

## Resolução 3

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Emenda aditiva ao Eixo 3:**

### **Precarização da profissão docente: contratos temporários, informalidade e plataforma**

Diversas funções educativas já sofrem os impactos das terceirizações, em que o Estado contrata empresas prestadoras de serviço (Organizações Sociais) como intermediárias entre ele e o trabalhador, que perderá parte significativa de seu vencimento (e de seus direitos) para garantir o lucro dessas empresas.

Na rede pública de educação do DF não é diferente. Merendeiras, agentes de portaria, de limpeza e segurança (atividades conhecidas como atividades-meio) majoritariamente já estampam, há anos, a marca de uma empresa privada em seus uniformes e, recentemente, o setor privado avança também sobre a profissão professor(a).

O golpe jurídico-midiático-parlamentar orquestrado por setores da elite local e internacional, em 2016, além de derrubar da cadeira presidencial a primeira mulher presidenta eleita democraticamente por 54 milhões de votos, acabou (conforme denunciava Dilma Rousseff) por colocar em marcha um acelerado golpe contra o povo e contra a nação, retirando direitos dos trabalhadores para aumentar o lucro do setor privado, especialmente da educação.

Esses setores não tardaram em implementar, a toque de caixa, graves (contra)reformas empresariais: como a terceirização das atividades-fim (docência), a (contra)reforma do ensino médio e a (contra)reforma trabalhista. Essa última inseriu o Brasil na lista dos 24 casos mais graves de violações de convenções trabalhistas internacionais da OIT e criou o chamado contrato intermitente, uma verdadeira aberração trabalhista que já atinge diversos docentes contratados somente por determinadas horas do dia no estado de São Paulo.

Hoje, segundo o Censo Escolar 2021, 32,38% dos professores da Secretaria de Educação do DF vivem a incerteza da contratação temporária (11.250 em fevereiro de 2022), o que representa 21,44% de todos os trabalhadores em educação. Dois de cada cinco trabalhadores em educação da rede pública do DF são informais, não têm estabilidade e nem proteção trabalhista no serviço público.

### **Contrato temporário, problemas permanentes**

Os professores substitutos do DF vivem a incerteza de não saber se estarão vinculados à Secretaria de Educação ao final de cada mês. São contratados por uma plataforma, o sistema Khronos, e devem acompanhá-la diversas vezes ao dia, na expectativa de serem chamados para assumir turmas no dia seguinte.



1. Os erros de pagamento desses profissionais são frequentes, e apesar de contribuírem para o  
2. INSS, não têm a garantia de aposentadoria, em especial agora, após a reforma da Previdência.  
3. Sequer contam com o direito de tratar de sua saúde, já que quando adoecem, têm garantidos  
4. apenas 15 dias de sua remuneração, sendo obrigados a recorrer à longa fila da perícia do INSS,  
5. ainda sem garantia de pagamento.

6.  
7. Os mesmos problemas que atingem os profissionais efetivos recaem sobre este segmento,  
8. mas de forma mais severa. Por isso, é fundamental que as contratações para suprir as licenças  
9. previstas na legislação aconteçam de forma a resguardar direitos mínimos a essa parcela cada  
10. vez maior em nossa rede de ensino.

11.  
12. Essa parcela significativa no labor docente não goza, por exemplo, das férias remuneradas que  
13. todos os trabalhadores efetivos têm garantido. Recebem apenas uma indenização de férias  
14. por não gozar deste direito constitucional para, assim, serem demitidos e têm seus contratos  
15. reiniciados logo que chega o período das férias escolares. Essa indenização, inclusive, foi reti-  
16. rada em decisão do STF (bem como o pagamento de 13º salário), a trabalhadores com con-  
17. tratos temporários de trabalho. São profissionais que, apesar de exercerem a mesma função  
18. na prática da docência escolar, não descansam nunca. Enquanto o restante da categoria goza  
19. de férias coletivas, esse é o período de estudos e preparação para o próximo processo sele-  
20. tivo, já que não existe, de forma deliberada por parte do governo, concurso público para suprir  
21. as vagas necessárias.

22.  
23. A principal bandeira para frear esses avanços do setor privatista da educação é o concurso  
24. público forte, transparente, com quadro robusto de vagas, que supra aposentadorias, vacâncias  
25. e exonerações, sobretudo com a derrota da reforma Administrativa – PEC 32. Pelo fortaleci-  
26. mento da carreira magistério público do DF!

27.

28.

29. **Emenda aditiva ao eixo 4:**

30. - Continuidade e fortalecimento do Coletivo de Professores em Contrato Temporário, bem  
31. como de sua representação na Diretoria Colegiada do sindicato;

32.

33. - Política de formação para os professores substitutos: cursinho preparatório para processos  
34. seletivos simplificados (PSS) e concursos públicos;

35.

36. - Derrotar a (contra)reforma Administrativa (PEC 32) de Guedes e Bolsonaro.

37.

38.

39. **Proponente: Professora Carolina Moniz**

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.

## Resolução 4

### Resolução do XII Encontro de Mulheres Educadoras Antonieta de Barros

A sociedade brasileira vivencia profundos retrocessos desde o golpe de Estado misógeno e fascista de 2016. Golpe esse amparado em três instituições determinantes: o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e a mídia neoliberal. A partir de então, a classe trabalhadora brasileira e as instituições públicas seculares cuja função é assegurar a soberania do País sofreram vários ataques. Investidas cruéis na economia, nos costumes e nos direitos e garantias trabalhistas que impactaram profundamente a vida das mulheres trabalhadoras. Medidas hostis às mulheres que não cessam nem agora, às vésperas do processo eleitoral.

Dos 12 milhões de desempregados, 6,5 milhões são mulheres, segundo última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que nós, mulheres, somos a maioria dos desempregados do País, e que menos da metade das brasileiras em idade de trabalhar tem trabalho ou emprego. A taxa de desocupação dos homens está em 9%, e a das mulheres, em 13,9%. Segundo dados do IBGE, quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. Nesse sentido, precarizar a vida das mulheres é punir toda a família.

Viver no Brasil sendo mulher é conviver, inclusive, com o risco da morte. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram tristes situações sobre feminicídios no Brasil. Em 2020, primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, houve crescimento desses crimes: a cada 6 horas e meia, uma mulher é morta. Um caso de estupro acontece a cada 8 minutos. A maioria das vítimas é do sexo feminino (86,9%), sendo mais de 60% menores de 13 anos de idade.

Os indicadores demonstram que, em momentos de crises, sejam econômicas, éticas, de saúde etc., as mulheres e meninas sofrem mais. É importante ressaltar que dentro da categoria “mulheres” as negras são as mais atingidas pelo desemprego e as que estão em piores condições no mundo do trabalho. Uma vez que o racismo se revela ainda mais numa sociedade de forte estrutura conservadora como a que se apresentou depois de 2016.

### Na educação – adoecimento e solidão

A situação das trabalhadoras da educação não é tão diferente. O impacto dos ataques que se iniciaram com o golpe de Estado misógeno de 2016 e sua política econômica privatista neoliberal somado à política negacionista da pandemia da Covid-19, ou seja, à não existência de uma política de saúde pública de combate eficaz à pandemia, gerou saldo negativo para as mulheres trabalhadoras do setor da educação.

Na pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) com trabalhadoras da educação, em 2020, pôde-se constatar que a jornada se tornou mais extensa com o trabalho remoto: 82,4% das professoras relataram um aumento significativo na horas de trabalho. “A sobrecarga de trabalho existiu porque alguns estudantes não tinham acesso à Internet e, por isso, tive de fazer dois tipos de planejamento: um que atendesse aos estudantes com acesso à Internet e, outro, que atendesse aos que não tinham acesso”, explica a professora Marcela Martins.



1. Outro ponto mencionado pelas educadoras foi a falta de delimitação de horários para o trabalho e/ou atendimento aos(às) estudantes. A dupla jornada, que antes acontecia em dois ou mais espaços, passou a acontecer nos limites do próprio lar.

4.

5. No Distrito Federal (DF), juntamente com o problema trabalhista criado pelo trabalho remoto, destaca-se a pressão pela realização da busca ativa que recaiu, integralmente, na responsabilidade da categoria, incidindo, majoritariamente, sobre o Serviço de Orientação Educacional (SOE) e sobre as professoras da Educação Infantil e Escolas Classe. A Secretaria de Estado da Educação (SEEDF) e o Governo do Distrito Federal (GDF) se eximiram da responsabilidade de instrumentalizar todos e todas para garantir uma busca eficiente. Não contrataram novos profissionais, não equiparam as escolas com a estrutura necessária para a realização dessa tarefa, como, por exemplo, a instalação de boa Internet, telefones institucionais, computadores novos etc. Em várias Regiões Administrativas (RA), como Ceilândia e Cidade Estrutural, fizeram ameaças e encerraram turnos de oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) por causa da evasão devido às não condições do estudante para o trabalho remoto e à necessidade de busca ativa, gerando ainda mais responsabilização para as professoras e orientadoras que já viviam o acúmulo das responsabilidades domésticas e profissionais ao mesmo tempo e espaço.

18.

19. Para avaliar como as profissionais da educação estavam se sentindo nesse momento, a pesquisa trouxe um bloco dedicado ao tema do adoecimento mental. Apenas 18% das participantes responderam estar tranquilas. As demais vivenciaram sentimentos como solidão, medo, insegurança, angústia e apreensão em relação à perda de direitos e garantias.

23.

24. É preciso ressaltar que o Ensino Especial foi completamente desconsiderado pela SEE no trabalho remoto e também no retorno presencial. A falta de monitores e das condições para o atendimento e desenvolvimento desses estudantes têm se tornado um desafio para as unidades escolares e profissionais. O impacto social desse não atendimento vai desde o descumprimento do direito dos estudantes até o das mulheres, visto que a maioria das mães de pessoas com deficiência é solo, representando, contudo, mais indiferença do Estado em políticas para a realidade das mulheres e crianças.

31.

32.

### 33. **Militarização e a vida escolar das meninas e mulheres**

34. Diante de um quadro insustentável de 17 escolas militarizadas no Distrito Federal, avaliamos que essa prática é mais um acinte à vida escolar no critério gênero. Uma corporação majoritariamente masculina se unifica (mas acaba se sobrepondo) a uma gestão civil com metodologias de trabalho baseadas na intimidação e alicerçadas na força bruta, coerção, ameaça e outras formas de repressão e obscurantismos. Ou seja, a “didática” (está entre aspas porque é importante destacar que a ação dos militares dentro das escolas militarizadas jamais poderá ser denominada de “didática”, porque não tem nenhuma relação com esse ramo da educação) dos militares é inversa ao universo educacional, que é um espaço da construção democrática, coletiva, inclusiva, libertária, científica, dialógica e do respeito à diversidade.

43.

44. Esse antagonismo se revela na nossa categoria, majoritariamente feminina, que tem de lidar com as práticas machistas, perseguidoras e desrespeitosas, em que a força e a violência falam mais alto. Além de muito preocupante o fato de as meninas serem as que em maior número são levadas para a DCA (Delegacia da Criança a Adolescentes), segundo relatos nas escolas militarizadas.

1. Há anos, professores e professoras, orientadores e orientadoras usam do diálogo e projetos pedagógicos para uma cultura de paz nas escolas, e agora a polícia é colocada para atuar com instrumentos policiais com nossos meninos e meninas, que ficam à mercê da coerção e obediência degradante.

5.  
6.

### 7. **Formação**

8. A formação hoje está profundamente alinhada com a política econômica neoliberal, fundamentalista neopentecostal, misógina, LGBTQIAfóbica, excludente em curso no País. Trata-se de uma situação imposta pelo golpe de Estado de 2016 e muito aprofundada pelo governo
11. Jair Bolsonaro, em que o Sinpro-DF se coloca, e sempre se posicionou, como instrumento de mudanças estruturais na concepção de educação de qualidade socialmente referenciada e no fazer docente nessa perspectiva.

14.

15. Entendemos que os preconceitos estão enraizados em nossa sociedade e dão suporte à manutenção das desigualdades sociais baseadas na classe (renda), no gênero, na raça, na deficiência etc. Para prosseguir com a tarefa de questionar as estruturas injustas, financiadas com dinheiro público, defendemos como fundamental uma política de formação da categoria, que tenha como princípios o feminismo, o antirracismo e o anticapacitismo. Porque a escola muda pessoas e pessoas mudam o mundo. Se queremos uma sociedade mais justa, igualitária, equânime, sem violências e de oportunidades, precisamos fomentar uma formação que combata todo preconceito e discriminação.

23.

24. Esse processo de formação tem de acontecer não apenas no ambiente sindical (como já acontece), mas também na própria estrutura da SEEDF, por meio das Coordenações Pedagógicas das próprias escolas e na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), identificando e reconhecendo a EAPE como um imprescindível espaço de formação continuada.

29.

30.

### 31. **Defesa das vítimas de assédio no ambiente escolar**

32. Defendemos também a proposta de que a comunidade escolar do DF construa um protocolo de atendimento às nossas estudantes vítimas de assédio dentro das escolas, a ser seguido e estruturado pela SEE e unidades escolares. Várias situações de assédio acontecem e, muitas vezes, as direções ou a própria categoria não sabem como proceder em relação a esses casos. É preciso deixar evidente quais são as ações de proteção das vítimas contra as formas de violência presentes nas escolas.

38.

39.

### 40. **Coletivo de Mulheres Educadoras**

41. Para ampliar nossa atuação, propomos um calendário mensal e regionalizado, utilizando a própria Coordenação Pedagógica para promover a formação no ambiente escolar.

43.

44. Nesse sentido, fortalecemos o Coletivo das Mulheres Educadoras nas cidades para discutir as questões concernentes à vida das mulheres, incluindo aí a vida das mulheres no mundo do trabalho.

46.

47.

48.



1. **Plano de Lutas**

2. 1. Lutar por uma formação continuada da categoria por meio da EAPE, que contemple os
3. princípios feministas, antirracistas, anticapacitistas para todos e todas as profissionais da edu-
4. cação do DF;
- 5.
6. 2. Reivindicar da SEEDF o compromisso na produção de materiais pedagógicos referenciados pela
7. comunidade escolar para a promoção de uma educação feminista, antirracista, anticapacitista;
- 8.
9. 3. Defender a criação de fóruns regionais dos e das profissionais de educação com o objetivo
10. de discutirmos a educação feminista, antirracista, anticapacitista;
- 11.
12. 4. Reivindicar que no Plano de Gestão dos e das candidatas à Direção Escolar contenha um
13. item específico sobre como será organizada a gestão para enfrentar os preconceitos e as dis-
14. criminações de gênero, raça, classe, capacitista, etc., no ambiente escolar;
- 15.
16. 5. Lutar para que a SEEDF crie um canal específico para receber denúncias de racismo, trans-
17. fobia, LGBTQIA+fobia, capacitismo, machismo e todos os outros tipos de discriminação, pre-
18. conceito e perseguição. E que esse canal tenha pessoal com formação em direitos humanos
19. para a realização da escuta sensível;
- 20.
21. 6. Lutar pela criação de comissões regionais compostas por representantes: da SEEDF, do
22. Conselho Tutelar, dos movimentos sociais e do Sinpro-DF, para intermediar e combater aos
23. casos de discriminações e preconceitos ocorridos nas escolas daquela regional;
- 24.
25. 7. Exigir a construção de Casas da Mulher Brasileira (com orçamento público já assegurado
26. nas Leis Orçamentárias Anuais) previstas para as RAs de Sobradinho, Recanto das Emas, São
27. Sebastião e Sol Nascente;
- 28.
29. 8. Defesa de programas de saúde que atendam com eficácia, eficiência e prontidão profissio-
30. nais da categoria com problemas de adoecimento mental, como o de fortalecimento da rede
31. de psicólogos do GDF e ampliação da oferta de terapias integrativas no DF.
- 32.
- 33.

34. **Plano de Lutas Políticas Educacionais**

35. 1. Exigir, na Estratégia de Matrícula, a redução de turma com base no critério dos(as) estudan-
36. tes especiais para todas as etapas da educação básica, incluindo aí o Ensino Fundamental 2 e
37. o Ensino Médio;
- 38.
39. 2. Defender o direito à aposentadoria especial dos e das pedagogas que trabalham na Equipe
40. de Apoio e Aprendizagem;
- 41.
42. 3. Lutar pela ampliação do número de Salas de Recursos na rede pública de ensino do DF, asse-
43. gurando a contratação de profissionais para essa sala;
- 44.
45. 4. Criar programas de acolhimento ao(à) estudante indígena ou estrangeiro que desconhece
46. a língua portuguesa;
- 47.
48. 5. Sobre a política inclusiva: determinar e instituir que o uso dos banheiros deve ser con-

1. forme a identidade de gênero. Lutar pela criação de banheiros para as pessoas não binárias.
2. Fazer um levantamento e ter sempre atualizados os dados do público estudantil que reivindica o uso do nome social. Nesse levantamento, é importante identificar a interseccionalidade de gênero, raça-etnia, condição social, deficiência, em conjunto com os dados referentes ao desempenho escolar;
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
7. 6. Reestruturação da SEEDF para rearticular a diretoria da SUBEB da Educação para e com direitos humanos, que coordenava a política educacional da diversidade, da Educação do Campo e do Ensino Especial.
- 8.
- 9.

10.

11.

12. **Proponente: XII Encontro de Mulheres Educadoras em 25 de junho de 2022**

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.



## Resolução 5

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Sindicato não é curral eleitoral**

O Sinpro-DF deve deixar de centrar sua atuação nas instituições oficiais do Estado e nos parlamentares aliados da diretoria, como vem fazendo cada vez mais. Deve parar de utilizar a instituição do sindicato para fazer a pequena política partidária. Não deve reduzir as(os) trabalhadoras(es) da educação a eleitoras(es), tentando conduzi-los à votação nos candidatos da diretoria, prática que afasta a categoria e desmoraliza o sindicato.

O sindicato deve, ao contrário, servir para que as(os) trabalhadores da educação façam a grande política e possam alterar a conjuntura a nosso favor, obrigando o Estado e os parlamentares a se mexerem. Deve centrar-se na organização por local de trabalho, na mobilização da categoria e das comunidades escolares para atuarem diretamente na luta de classes, e não ser um curral eleitoral.

### **Professor Tadeu Toniatti do CEM Urso Branco**





# Moções





## Moção 1

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
5. **Moção de repúdio ao assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira**
- 6.
7. Os(as) delegados(as) participantes do 12º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras em
8. Educação REPUDIAM, veementemente, o assassinato, com requintes de crueldade, do jor-
9. nalista britânico Dom Phillips e do indigenista e servidor da Fundação Nacional do Índio
10. (Funai) Bruno Araújo Pereira. Ambos mortos dentro da Terra Indígena do Vale do Javari,
11. extremo oeste do Estado do Amazonas, quando trabalhavam em prol das comunidades indí-
12. genas.
- 13.
14. Os(as) educadores(as) prestam seu apoio e solidariedade aos amigos e familiares, aos ser-
15. vidores e às servidoras da Funai e a toda a categoria de jornalistas no Brasil e no mundo.
- 16.
17. Considerando que o Brasil figura entre os países mais violentos para ativistas relacionadas
18. à defesa do meio ambiente. É o terceiro mais letal, ficando atrás apenas da Colômbia e das
19. Filipinas.
- 20.
21. Considerando que ambos foram assassinados com requintes de crueldade e de forma pre-
22. meditada, apanhados numa emboscada, e que vinham, assim como tem ocorrido com várias
23. comunidades indígenas, sofrendo ameaçadas por garimpeiros, grileiros de terras, traficantes
24. de drogas, pescadores ilegais e outros invasores da Terra Indígena (TI) do Vale do Javari.
- 25.
26. Considerando que são vítimas do desmonte da Funai e da precarização do trabalho – um
27. dos modus operandi do governo Bolsonaro para suprimir direitos e se apropriar das rique-
28. zas públicas. Considerando o desmonte da proteção às comunidades indígenas e de geração
29. de políticas públicas indigenistas.
- 30.
31. Considerando que o assassinato é de reconhecimento das autoridades brasileiras, exigimos
32. que seja feita justiça e que sejam tomadas todas as medidas necessárias e cabíveis para punir
33. os feitores e os mandantes desse crime.
- 34.
35. Ressaltamos a postura absurda das autoridades, com destaque para o posicionamento do
36. Presidente da República, que legitimam as mortes como naturais, uma vez que com seu caráter
37. institucional e seu discurso de “essas coisas acontecem” e “estavam no lugar errado”
38. reforçam a impunidade e a normalização de todo tipo de crime, sobretudo o de assassina-
39. tos de lideranças populares, servidores públicos no exercício da função entre outras.
- 40.
41. Neste cenário, somamo-nos à sociedade e aos servidores(as) da Funai em uma ampla e
42. veemente denúncia dessa atrocidade sofrida por Bruno e Dom. Somamo-nos à luta pela
43. melhoria das condições de trabalho na Região Amazônica.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.



1. E, por fim, manifestamos o pesar pela morte de Dom e Bruno, reflexo da perseguição  
2. vigente às pessoas que lutam pela preservação da floresta amazônica e pelas comunidades  
3. que lá habitam.

4.

5. É inaceitável que continuemos neste caminho!

6.

7. Chega de morte e de ameaças contra aqueles e aquelas que defendem o nosso povo e a  
8. nossa terra!

9.

10.

Justiça para Dom e Bruno!

11.

Fora Marcelo Xavier e sua gestão anti-indigenista!

12.

Fora Bolsonaro!

13.

14. Brasília, 22 de junho de 2022

15. Delegados/as do 12º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação

16. GT de Meio Ambiente

17.

18.

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.

## Moção 2

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

### **Repúdio à cassação do vereador Renato Freitas**

Nós, professoras e professores, orientadoras e orientadores educacionais, delegados(as) eleitos(as) para o 12º Congresso de Trabalhadores da Educação do Distrito Federal, manifestamos, por meio desta nota, nosso repúdio à cassação ilegal do vereador Renato Freitas pela bancada conservadora da Câmara Municipal de Curitiba, Paraná.

Acusado de ter cometido falta de decoro parlamentar, Renato de Almeida Freitas Junior teve seu mandato cassado em um processo claramente injusto, ilegítimo, eivado de perseguição política motivada, sobretudo, pelo ódio racial. Seu “crime” foi defender a população negra durante uma manifestação pacífica que ocorreu num espaço de especial simbologia para população negra.

Já era sabido por todos a ira que Renato provocava na bancada conservadora da Câmara de Vereadores de Curitiba por seu posicionamento combativo e pelas denúncias das injustiças. Portanto, fica evidente que a ação arbitrária e antidemocrática de cassação não tem base legal, ou fática, além de um pretexto político.

Não bastante todo ódio racial despejado contra Renato, nem sequer os prazos regimentais foram respeitados durante o processo de cassação, ficando também evidente que todo o processo de cassação foi uma farsa ilegal e que não passou de uma cruzada inquisitória contra as vozes de oposição ao Prefeito da capital do Paraná.

Exigimos o respeito à democracia e que os votos da população curitibana sejam respeitados! Pela democracia, pela liberdade de expressão e contra o racismo: **RENATO FICA!**

**Brasília-DF, 23 de junho de 2022**

**GT de Raça e Sexualidade**



Filiado:  
CUT  
CNTE  
DF

43  
ANOS



# Um outro Brasil é possível!



Filiado:  
CUT  
CNTE  
DF

43  
ANOS



CUT  
CNTE  
BRASIL

